

POVO LIVRE

Director: José Luís Moreira da Silva

Periodicidade Semanal

Internet: www.psd.pt - E-Mail: povolive@psd.pt



José Luís
Moreira da Silva

Editorial

Fátima ou Brasil?

A Fé do nosso Povo é imensa. Vemos, ano após ano, multidões calcorreando a pé os caminhos que levam ao Santuário erigido em honra de N.ª. Sr.ª de Fátima, vindos de todas as partes de Portugal e mesmo do estrangeiro. Votos são cumpridos, muitos com evidentes sacrifícios físicos pessoais. Ex-votos são entregues em números difíceis de contabilizar.

Doença, problemas pessoais ou profissionais, graves ou menos graves, do próprio ou de outros, para tudo é suplicada a intervenção divina de N.ª. Sr.ª, confiando na Sua atenta influência junto de Deus.

No próximo dia 13 de Outubro, acredito que muitos dos nossos candidatos a autarcas irão pedir a bênção pelos resultados alcançados uns dias antes, nas eleições, ou mesmo irão cumprir promessas feitas (não confundir com "promessas eleitorais") ...

Ficamos, porém, nos últimos dias, a saber que nem todos os nossos autarcas acreditam nas virtualidades de N.ª. Sr.ª. Há, com efeito, quem, perante adversidades, prefira recorrer a outros destinos que não a Fátima. Temo mesmo que um novo destino terreno venha a substituir aquele destino Santo.

Colocada perante graves adversidades e com mandato de prisão passado, Fátima, a autarca de Felgueiras, preferiu uma romagem ao Brasil, donde pode voltar em liberdade, para se dedicar inteiramente à sua campanha para novo mandato à frente da Câmara Municipal.

Temo que este exemplo frutifique, e outros acoissados de idênticas vicissitudes, queiram seguir preferencialmente o exemplo de Fátima (a autarca), do que os elevados exemplos de N.ª. Sr.ª de Fátima (a Santa).

Como vai a nossa Democracia!

Já não falo do temor a Deus, mas do temor à Justiça dos Homens e aos princípios da honestidade, da transparência e da ética política.

Em que posição ficam os milhares de autarcas cumpridores e os políticos em geral, perante este comportamento em tudo censurável da Fátima, a autarca de Felgueiras!

Graças a Deus, o país está repleto de bons exemplos de autarcas cumpridores, honestos e competentes, cujo exemplo, esse sim, pode e deve ser seguido.

Sem precisar de grandes esforços de memória, penso, entre tantos outros, em Rui Rio, em Carmona Rodrigues, em Carlos Encarnação, em Fernando Ruas, etc., etc., etc. ...

Esses, sim, representam o que de bom a Democracia portuguesa e o poder local têm. Esses sim não vêem o Brasil como refúgio da justiça.

Para esses, Fátima não é em Felgueiras e o Brasil - só se for para férias!



SÓCRATES ESCONDE A CRISE

Destaques:

Debate Mensal	pág. 2
Comício de Lisboa	pág. 5
Intervenção do Pedro Duarte na AR	pág. 16
Artigo de opinião do Pedro Moutinho	pág. 17

Marques Mendes no Debate Mensal do Primeiro-Ministro



No dia 21, o primeiro-ministro compareceu na Assembleia da República, para o Debate Mensal com o chefe do Governo. Sócrates privilegiou o tema da “qualificação”, ante uma Oposição que, por uma vez, esteve unida na condenação da escolha do assunto principal do debate, que se esperava abordasse assuntos que preocupam de forma mais marcante, a sociedade portuguesa, como as questões económicas, o aumento do desemprego, a crise da Justiça e as polémicas recentes nomeações do executivo, para cargos de chefia de centros importantes de decisão.

O líder do nosso Partido, Marques Mendes, manifestou-se céptico em relação ao cumprimento das metas anunciadas pelo chefe do executivo, insistiu para que o Governo divulgue antes das autárquicas “os cortes”

previstos no Orçamento do Estado para 2006 e acusou Sócrates de “insensibilidade social”, responsabilizando-o “pelo aumento do desemprego”.

Depois de afirmar que “só as clientelas do PS” têm encontrado emprego, Marques Mendes voltou a exigir ao primeiro-ministro que tomasse posição em relação à eventual compra da TVI por parte do grupo espanhol Prisa, aludindo a “suspeitas” de ligações entre os “socialistas portugueses e espanhóis” que estarão por trás desse negócio.

O CDS-PP, por intermédio do líder parlamentar, Nuno Melo, acusou o primeiro-ministro de ter como “paixão as nomeações políticas e não a qualificação e a formação profissional”, contestando, sobretudo, a recente escolha do vice-presidente da bancada do PS

Guilherme d+Oliveira Martins para a presidência do Tribunal de Contas.

Também o secretário-geral do PCP, Jerónimo de Sousa, acusou Sócrates de pretender “escamotear” os problemas dos portugueses (como o desemprego e a estagnação económica), exigiu saber que política salarial seguirá o Governo no Orçamento do Estado para 2006 e condenou o fim da comparticipação extraordinária dos medicamentos genéricos.

Foi assim num ambiente de censura de todas as bancadas, que se viveu um debate, no qual – mais uma vez – Sócrates respondeu com o tom arrogante, quase violento, com que tenta disfarçar a defesa de posições insustentáveis e que revelam a fraqueza deste executivo, que em meia dúzia de meses tem desbaratado o capital de boa-vontade e força, que o voto popular lhe concedeu nas últimas eleições.

Como líder do maior Partido de Oposição, Luis Marques Mendes abriu o debate questionando a propriedade do tema escolhido e dizendo: O Sr. Primeiro-Ministro escolheu para este debate um tema, sem dúvida, importante, embora naturalmente recorrente nos discursos políticos de há muitos anos a esta parte. Recordo aqui que até o Eng.º Guterres já chamou a este tema a sua paixão, e depois, mais tarde, viu-se naquilo que deu.

Em qualquer circunstância, o tema é importante e as orientações também são correctas. O problema está na sua concretização. E por isso, a este respeito, Sr. Primeiro-Ministro, vamos, obviamente, como todos os portugueses, esperar, desde logo pela sua concretização no Orçamento do Estado. Não chega dizer o que fazer e como fazer, é preciso ver como se vai

concretizar e, por isso, esperamos pelo Orçamento do Estado.

Sócrates especialista em promessas e em anúncios

Sobretudo, por duas razões: porque o Sr. Primeiro-Ministro, ao longo destes meses, tornou-se especialista em promessas e em anúncios. São sempre mais promessas. Fala sempre do que vai fazer e não daquilo que fez. E os portugueses já perceberam a quantidade de promessas não cumpridas — estava, inclusive, à espera que o Sr. Primeiro-Ministro, viesse hoje aqui, finalmente, anunciar o famoso «plano tecnológico», que, segundo parece, acabou antes de começar.

Convém ainda esperar para ver, porque também já vi o Sr. Primeiro-Ministro, aqui, em Maio passado, com toda a pompa e circunstância, anunciar “urbi et orbi”, a quebra do sigilo fiscal para combater a fraude e evasão fiscais e, passado uns tempos — «entrada de leão saída de sendeiro» —, recuou no sigilo fiscal. Portanto, vamos aguardar, que é o melhor, pese embora as boas intenções.

Sr. Primeiro-Ministro, há umas semanas, tinha-o convidado a escolher o tema da crise económica e social para este debate. Vejo que fugiu ao tema, como sempre tem fugido.

Foge, porque, verdadeiramente, se a situação há seis meses não estava boa, hoje está pior e a tendência, infelizmente, é para piorar: o investimento cai; o desemprego aumenta, e ainda vai continuar a aumentar; a confiança dos portugueses caiu a pique; a inflação disparou; e temos notícias de imensas fábricas, por todo o País, a fechar.





O Sr. Primeiro-Ministro não quer ser confrontado com as promessas não cumpridas, porque hoje já tem a noção de que o aumento injusto dos impostos foi mau para a vida das pessoas, das empresas e para a competitividade da economia.

É mais grave do que a situação que vivemos, é o Sr. Primeiro-Ministro já ter percebido que não tem saída para este problema e, portanto, tenta esconder a crise. Isto é grave, mas deixe-me dizer-lhe que mais grave ainda é a sua enorme insensibilidade social para este problema, em particular para os mais fracos e vulneráveis.

É notório que o Sr. Primeiro-Ministro quer esconder a crise económica e social que se vive. E quer escondê-la também por uma outra razão: por causa do Orçamento do Estado para 2006. O Sr. Primeiro-Ministro quer esconder, até ao dia das eleições autárquicas, meia dúzia de dias antes da apresentação do Orçamento do Estado, o conteúdo deste Orçamento.

Em matéria de Orçamento, a sua opção foi clara e o País já a percebeu: aquilo que é bom, as boas notícias, as promessas de benefícios, já começou a anunciar — suplemento de apoio aos idosos e benefícios às contas poupança-habitação. O que é positivo já anunciou. E também já disse que há uma redução do défice orçamental para 4,8% do Produto, cerca de 1800 milhões de euros. Sr. Primeiro-Ministro, se que tem vindo a falar abertamente dos benefícios, diga também aos portugueses quais as contrapartidas: onde vai cortar para atingir a redução do défice, quais são os sacrifícios que vai exigir.

A não ser que queria que se legitime a suspeita de que quer que os portugueses, primeiro, votem no dia 9, e mais tarde, sintam a factura das medidas dolorosas, duras e difíceis que vai aplicar.

A insensibilidade social de Sócrates

Mas, Sr. Primeiro-Ministro, a sua

insensibilidade social não termina aqui, continua na política do medicamento. O que está a acontecer neste domínio é particularmente grave. Nos últimos dois anos, o mercado dos genéricos deu finalmente um salto — ainda não foi o salto que todos desejaríamos, mas deu finalmente um salto. Depois de duas décadas em que todos reclamavam o mercado dos genéricos, o Governo acabou de lhe dar uma machadada forte ao terminar com a majoração de 10% que fazia com que os preços dos medicamentos genéricos fossem substancialmente mais baixos do que os dos de marca, o que significa, na prática, que os medicamentos genéricos mais baratos ficam com um valor mais próximo dos medicamentos de marca e em alguns casos até com um valor superior.

E isto é grave, em particular, para os mais pobres, para os reformados e para os mais carenciados da sociedade — insensibilidade social da sua parte.

No entanto, ouvi ontem o Ministro da Saúde e o Secretário de Estado da Saúde dizerem que, nesta questão, o Estado não deve intervir, que o mercado deve funcionar livremente. Sr. Primeiro-Ministro, já vimos, no passado, o que é, neste domínio, o mercado a funcionar sozinho, sem regulação do Estado.

Sr. Primeiro-Ministro, nunca imaginei vê-lo tão à direita, mesmo muito à minha direita, mas há uma coisa que já me vou habituando: o senhor tem uma enorme insensibilidade social, sobretudo para os mais vulneráveis.

Por último, Sr. Presidente, quero questionar o Sr. Primeiro-Ministro sobre televisão.

A estação de televisão que é líder de audiências em Portugal pode passar para mãos estrangeiras. Não temos nada contra qualquer negócio privado, mas a televisão é um bem público, é um bem escasso, depende de licença do Sendo assim, quero fazer-lhe duas perguntas simples e directas.

Sou contra a passagem de uma estação de televisão de mãos nacionais

para mãos estrangeiras, por razões de cultura, de língua, da nossa identidade cultural. Qual é a sua opinião?

O Governo tem meios e instrumentos para tentar impedir esta operação. Vai utilizá-los ou é conivente com esta operação?

Sr. Primeiro-Ministro, o seu silêncio aqui, como noutras matérias, é também profu n d a m e n t e comprometedor. Esta é a oportunidade de o senhor, finalmente, esclarecer Portugal e os portugueses!

A segunda intervenção de Luis

Marques Mendes: «O senhor tem um problema: uma dificuldade imensa em cumprir seja que promessa for.»

Seguiu-se a resposta de Sócrates, que invocou várias razões para justificar a sua conduta, invocou o passado do PSD e de Marques Mendes no Governo, mas sem

responder às questões suscitadas por este o levou a que o líder social-democrata, na sua segunda intervenção, tivesse começado por um apontamento “sobre a sua evocação do passado.

E disse: Acho curioso que o senhor passa o tempo a dizer que nunca vai falar do passado e, depois, não faz outra coisa senão isso mesmo.

A meu ver, o senhor tem um problema: uma dificuldade imensa em cumprir seja que promessa for.

Em segundo lugar, Sr. Primeiro-Ministro, em matéria de desemprego, não há nem desempregados «seus» nem desempregados «meus». Todos os desempregados são portugueses e todos deveriam merecer maior consideração.

E os dados desta semana do IIEFP confirmam uma subida do desemprego, que, como sabe, vai continuar a subir. Ora, quem prometeu aos portugueses, até com outdoors bem colocados nas ruas, 150 000 novos postos de trabalho, criando assim grandes expectativas, foi o senhor, não fui eu!

Quem está a falhar é o senhor, não sou eu! É isto que lhe faz pesar a consciência!

Ainda em matéria de desemprego, o senhor tem sido de uma



insensibilidade chocante: nem sequer uma palavra ao longo destes tempos.

Aquilo a que, verdadeiramente, os portugueses têm assistido, em matéria de emprego, é à sua preocupação em colocar as suas clientelas por todo o lado. Desses empregos, verdadeiramente, o senhor tem cuidado. É chocante!

Em terceiro lugar, relativamente ao Orçamento do Estado...

(Sócrates interrompeu, dizendo: "Vai ser apresentado no dia 15 de Outubro!").

O Orçamento vai ser apresentado à Assembleia no 15 de Outubro. Mas, então, por que é que o senhor já divulgou três medidas? O senhor já divulgou que o défice vai ser reduzido para 4,8%; já divulgou o subsídio de apoio aos idosos, medida aparentemente positiva; já divulgou os benefícios fiscais relativos à poupança. Então, por que é que não diz onde vai fazer os cortes? Por que é que não diz?! Ou, então, por que é que não deixou tudo para divulgar após o próximo dia 9 de Outubro? Por que é que optou por seleccionar, divulgando agora o que é positivo e só mais tarde o que é negativo?

Sabe, Sr. Primeiro-Ministro, não



há volta a dar enquanto não explicar. Os portugueses já perceberam que a sua ideia é «Votem primeiro e paguem depois». É isto que o senhor está a querer fazer.

(Nota da Redacção: no debate autárquico na RDP 1, com os candidatos a Sintra, o candidato socialista João Soares, “descaiu-se” ao dizer que já tinha conhecimento das verbas que o Orçamento reservava às autarquias, o que levou Fernando Seara a denunciar essa “fuga” em benefício do candidato PS)

Passemos aos medicamentos, Sr. Primeiro-Ministro.

A introdução dos genéricos foi das reformas mais importantes feitas no domínio da saúde. Na altura, o senhor dizia: «É uma medida positiva. Temos de ser mais enérgicos e aumentar o mercado dos genéricos».

O Sr. Primeiro-Ministro, reduzir a majoração de 10% é óbvio que significa aumentar o preço dos medicamentos genéricos, aproximando-os do preço dos medicamentos com marca. Isto dá cabo do mercado dos genéricos, que era importante fomentar.

Insisto: ouvi o Ministro da Saúde dizer que o Estado não tem de intervir, que, nesta matéria, tem de se deixar o mercado funcionar. Sr. Primeiro-Ministro, esta é uma concepção, no domínio da saúde, que não esperava do seu Governo, porque, particularmente neste domínio, impõe-se uma acção socialmente reguladora por parte do Estado, caso contrário, não há mercado de genéricos que resista.

O negócio da venda da TVI levanta suspeição de favorecimento a um grupo ligado aos socialistas espanhóis...

Sr. Primeiro-Ministro, em matéria de televisão, como está fartíssimo de saber, não se trata de impedir negócios privados. Não é disto que se trata! Mas depende do Governo uma de duas coisas: ou renova automaticamente uma licença ou abre um concurso público.

Se há alteração radical de pressupostos, abre-se um concurso público; se não há, renove-se automaticamente a licença existente.

Sr. Primeiro-Ministro, a grande questão é a de que a sua explicação dada há instantes legitima duas suspeitas: primeiro, a de que o senhor é conivente com a passagem desta estação de televisão para mãos estrangeiras; segundo, a de muitos que dizem que esta omissão apenas tem a ver com o facto de o grupo PRISA ser ligado aos socialistas espanhóis e, logo, também aos socialistas de Portugal.

Sr. Primeiro-Ministro, a sua insensibilidade não é apenas em relação às questões sociais; pelos vistos, também é em relação aos centros de decisão nacional. Isto é particularmente grave.

O tempo de Marques esgotara-se e assim terminou a sua intervenção neste debate. Esperamos o próximo... - “Povo Livre”. Fonte e fotos: Gab. Press. Grupo Parlamentar do PSD

Lisboa

Comício no Coliseu com Marques Mendes e o entusiástico apoio dos Lisboetas

No dia 24, o Coliseu dos Recreios registou uma entusiástica audiência de apoiantes da candidatura apoiada pelo nosso Partido a Lisboa, num comício em que, ao lado da equipa que se candidata à autarquia da capital, com destaque para Carmona Rodrigues (Presidência da Câmara) e Paula Teixeira da Cruz (Assembleia Municipal), estava presente o Presidente do PSD, Luis Marques Mendes que, com os candidatos, foi objecto de grandes manifestações de simpatia por parte de quantos ali se deslocaram.

Antes das intervenções, a popular banda “GNR” entusiasmou a assistência, onde fazia uma grande mancha “laranja”, um animado contingente da JSD, com as suas camisolas, bandeiras e constante animação.

Quando se dirigiu aos presentes, o líder nacional dos Sociais-Democratas proferiu afirmações politicamente muito fortes, como quando lamentou o desaparecimento da ética na política e lembrou que muitos cidadãos, que noutras ocasiões votaram nos candidatos de outros partidos, se revêm agora nesta candidatura, que tem características de transversalidade, e graças à personalidade e características especiais de Carmona Rodrigues, atraí outras áreas, de pessoas mais preocupadas com a sua cidade de que com as cores partidárias do seu futuro Presidente da Câmara.

Marques Mendes qualificou o candidato apoiado pelos sociais-democratas à Câmara de Lisboa como uma pessoa que poderá dignificar e devolver respeito a esta área.

“Estas eleições [autárquicas] vão acontecer numa fase muito especial da vida política. Numa altura em que a política está profundamente



descredibilizada”, disse.

Lamentando o “desaparecimento da ética na vida política” que hoje parece reger-se “sem regras, princípios e valores”, o líder social-democrata apontou o candidato independente apoiado pelo PSD à Câmara de Lisboa como “um novo intérprete que poderá dar outro prestígio” à política, e muito especificamente, à política autárquica.

“Carmona Rodrigues” – afirmou – “Quer ser presidente da Câmara de Lisboa para servir o município e não para se servir dele”, disse, destacando depois

“a seriedade, carácter, coragem, competência e experiência” de Carmona Rodrigues.

“A política está farta de compadrio e oportunismo. A vida política precisa de humildade”, acrescentou Marques Mendes, considerando que a eleição de Carmona Rodrigues “não é uma aventura, mas uma aposta segura”. E em seguida afirmou: “Carmona Rodrigues é humilde. E essa humildade é um sinónimo de superioridade.”

Num discurso curto, em que não abordou questões da política nacional,

Marques Mendes lançou ainda um repto ao candidato independente apoiado pelo PSD para a Câmara de Lisboa: “Faça aquilo que tem feito, política com seriedade e com serenidade”.

“No novo ciclo político que vamos iniciar, na nova fase que o PSD está a trilhar são os partidos que estão ao serviço das pessoas, e não as pessoas que estão ao serviço dos partidos”, defendeu Marques Mendes.

As palavras de Carmona Rodrigues

Carmona Rodrigues começou o seu discurso afirmando que não tem o “dom da oratória” e que “a garganta” não é o seu “forte”, mas sim que confia no efeito daquilo que tem de melhor: os seus actos.

“O meu forte é fazer coisas”, afirmou o actual presidente da Câmara, apontando os idosos, a juventude, os deficientes, as colectividades e o pequeno comércio como prioridades, após as eleições autárquicas de 9 de Outubro.

Carmona Rodrigues, no seu estilo descontraído e coloquial, mais que um discurso político de candidatura, acabou por falar, com tons de intimismo e ao longo de quase uma hora, do que pretende fazer, do que são os seus objectivos a curto e médio prazo.

“Não faço promessas que não são realizáveis”, disse depois

Ao contrário do líder do PSD, Carmona Rodrigues fez uma breve



referência à actuação do Governo socialista liderado por José Sócrates, exigindo ao primeiro-ministro que, agora que se está a poucos dias do início oficial da campanha para as eleições autárquicas, “diga qual vai ser o Orçamento de Estado para 2006”.

Falou da reabilitação do património, a maior atenção aos espaços públicos, do Bairro da Liberdade (a que chamou “a última mancha da cidade” e que “tem de acabar”), da necessidade de recuperar para a cidade mais pessoas, principalmente jovens famílias, de “sangue novo e vivo, a circular nas artérias de Lisboa”.

Finalmente debruçou-se sobre a política nacional, em geral – na medida em que as decisões governamentais erradas se reflectem necessariamente, na vida da maior cidade portuguesa, e em decisões como as da OTA e TGV e os maus sinais enviados pelo Primeiro-Ministro, com as escandalosas nomeações dos últimos tempos e a sua ausência para férias no Quénia, com o Pais a arder

Quanto ao candidato socialista à Câmara de Lisboa, apenas lembrou aos lisboetas se “...querem ter como presidente da Câmara a quarta escolha do partido que o apoia, um candidato que se apresentou há um ano, mas que ainda nem sequer apresentou o seu programa para a cidade de Lisboa”.

O comício terminou entre entusiásticas exclamações de apoio ao candidato do PSD, a Marques Mendes e ao nosso Partido.

Em declarações aos jornalistas durante uma acção de campanha na zona ribeirinha, Carmona Rodrigues



diria aos jornalistas que admitia realizar novos debates com os seus adversários, mas recusava privilegiar Manuel Maria Carrilho em detrimento dos restantes candidatos, conforme o candidato socialista tinha pedido. “Estou aberto para falar com a população e com os meus adversários à Câmara de Lisboa”, mas não “deixo de estranhar este pedido, agora. Pois “Eu costumo trabalhar de forma planeada e programada. Há mais de dois meses que temos estipulados todo o tipo de debates” frisou Carmona Rodrigues, admitindo, no entanto, “poder rever a agenda, mas sem atribuir um estatuto especial a Manuel Maria Carrilho, em

detrimento dos restantes”, criticando ainda a ideia de realização de um debate, sem que o candidato do PS tenha ainda apresentado o seu programa eleitoral.

“O que as pessoas esperam é que todos os candidatos já tenham apresentado os seus programas. É importante fazer debates e discutir assuntos de forma séria e esclarecedora”, sustentou.

Carmona Rodrigues falava durante uma visita à zona ribeirinha, entre Belém e o Parque das Nações, na qual anunciou a sua intenção de “devolver à cidade a zona ribeirinha que não tem vocação para uma actividade portuária”.

Para tal, o candidato do PSD

defende a conclusão das obras do metro do Terreiro do Paço, o fecho da zona ribeirinha entre esta área e o Cais do Sodré, e a ancoragem, naquele local, do navio-escola “Sagres” e da fragata “Dom Fernando II e Glória”.

“O estuário do Tejo tem um grande potencial e eu estou empenhado em reforçar o seu aproveitamento”, afirmou Carmona Rodrigues, propondo a realização, no rio Tejo, dos campeonatos mundiais de pesca e motonáutica e a criação de um centro de actividades náuticas.

– Povo Livre, com a “Lusa”; fotos Luís Saraiva

Açores

Em Vila Franca do Campo, Rui Melo mantém a “serenidade dos vencedores”

O Partido Social-Democrata apresentou os seus candidatos às autarquias do Concelho de Vila Franca do Campo.

Na apresentação da recandidatura de Rui Melo à presidência da Câmara de Vila Franca do Campo, o Presidente do PSD/Açores exaltou a obra feita pela equipa liderada por Rui Melo. “É notório o desenvolvimento e progresso que Vila Franca tem conhecido nos últimos anos”, disse Victor Cruz.

“Rui Melo tem tido a capacidade e a persistência necessárias para, em conjunto com os Vilafranquenses, fazer progredir o concelho mesmo quando encontra barreiras por parte de quem devia cooperar” defendeu o líder social-democrata.

“Vila Franca não necessita de um porta-voz do Partido Socialista na Câmara Municipal. Vila Franca precisa de um porta-voz dos anseios e aspirações dos vilafranquenses. Rui Melo tem sido o porta-voz da vontade de vencer dos cidadãos de Vila Franca”, afirmou o Presidente do PSD/Açores.

Para Victor Cruz, “Rui Melo tem sido atacado grosseiramente pelo Partido Socialista. Mas hoje, aqui, não ouvimos nem um simples ataque de Rui Melo ao candidato do PS. Rui Melo está ciente que a obra realizada fala por si e sabe que os vilafranquenses sabem distinguir entre o ataque dos impotentes e a serenidade dos vencedores”.

Para Victor Cruz, “Vila Franca está no bom caminho. E por isso, os vilafranquenses vão continuar a apostar no PSD e em Rui Melo. Por isso, Rui Melo vai ganhar mais esta batalha”.

O candidato social-democrata, Rui Melo, apresentou-se com a obra



feita e confiante na vitória no próximo dia 9 de Outubro.

Para Rui Melo “À semelhança dos últimos anos, quero continuar um projecto autárquico arrojado e dinâmico, capaz de envolver e motivar todas as forças vivas do concelho no processo de desenvolvimento acelerado que temos vindo a imprimir.

A minha recandidatura não é surpresa para ninguém.

Com a minha equipa, a Vila desenvolve-se; constroem-se infra-estruturas de abastecimento e saneamento básico; criam-se novos postos de trabalho; semeia-se para se conseguir a produção de riqueza; erguem-se dezenas de casas para realojamento dos mais desfavorecidos, e mais casas e apartamentos a custos controlados para classe média, assim contribui-se para melhorar o nível de vida de todos os vila-franquenses.

Temos cometido erros, certamente; temos falhado em alguns objectivos; podíamos ter feito mais e melhor em muitas coisas. Mas no conjunto, e no balanço global, o resultado é muito positivo.

Para os novos problemas, do tempo presente e do mandato que se avizinha, tenho, pela minha parte, respostas novas, coerentes e realizáveis, após prévia e ampla aulsultação da sociedade Vilafranquense.

Os meus opositores apontam o que, na opinião deles, está por fazer no Concelho. Não podiam fazer-me elogio maior. O que está por fazer no Concelho é apenas aquilo que depende do governo, pois a Escola Preparatória de Ponta Garça, uma Escola Secundária, a ampliação do Porto de Pesca, a Via Rápida Lagoa/Vila Franca do Campo com quatro faixas, o Gabinete de apoio às pequenas e médias empresas, o Centro de Emprego, o combate à toxicoddependência, mais técnicos de saúde, ensino, segurança social e forças de segurança, São assuntos de exclusiva competência do Governo – que nada fez e nada faz, além de promessas e mais promessas.

Quanto a mais creches, podemos ceder terrenos ou edifícios, como vamos fazer com a Associação Garçatainha em Ponta Garça, mas a competência é do Governo.

Aquilo que é competência da Câmara Municipal foi e continua a ser feito.

A Habitação foi uma das prioridades deste meu mandato que agora termina.

Temos um protocolo aprovado para mais 120 fogos, com o INH - Instituto Nacional de Habitação, e iremos adquirir 50 casas de imediato, no Loteamento da Nossa Senhora da Piedade na freguesia de Ponta Garça e no Loteamento da Torre, na freguesia de Água d'Alto, para os mais desfavorecidos, ou seja, para quem não pode pagar haverá mais casas.

Ainda por falar em habitação,



quero anunciar que a Câmara Municipal na sua última reunião, aprovou a redução do novo Imposto, Imposto Municipal sobre Imóveis, antiga Contribuição Autárquica, em 50%, ou seja, o imposto de 0,8% passou para 0,4% e de 0,5% passou para 0,25%. Recordo que nos outros concelhos, como a Lagoa, a redução foi só de 40%, a nossa será de 50%.”

No Concelho de Lagoa: “O PSD nunca vai à luta para simplesmente marcar presença”

O líder dos sociais-democratas dos Açores, Victor Cruz, presidiu na sexta-feira passada, na Freguesia do Cabouco, ao acto de apresentação dos candidatos sociais-democratas aos diversos órgãos autárquicos do Concelho de Lagoa.

Victor Cruz apelou, uma vez mais, como tem feito ao longo desta pré-campanha autárquica, ao sentido crítico dos eleitores para “escolher as melhores pessoas, os melhores projectos, as melhores equipas”.

“A equipa liderada por Rui Meneses à Câmara Municipal de Lagoa tem valor, tem um projecto equilibrado e que em muito poderá contribuir para o desenvolvimento do Concelho”, defendeu o líder social-democrata.

Segundo o presidente dos social-democratas, “o PSD nunca vai à luta para simplesmente marcar presença. O PSD acredita no valor do Poder Local para desenvolver os Açores. Por isso, o PSD apresenta sempre os melhores quadros, sejam eles militantes ou independentes, aos cargos das autarquias os seus melhores quadros. Vamos sempre à luta. Para nós não há derrotas antecipadas. Acreditamos no valor crítico dos eleitores açorianos. Não temos uma visão narcísica da democracia. Para

nós, a democracia é do povo, para o povo e pelo povo”.

Victor Cruz lembrou aos cerca de duas centenas de militantes e simpatizantes do PSD, presentes no Salão da Junta de Freguesia do Cabouco, que, nestas eleições autárquicas, “temos que saber distinguir entre os verdadeiros candidatos e os apresentadores de promessas. Para que, no dia a seguir às eleições, os eleitores não cheguem à conclusão que elegeram uns quantos engenheiros Sócrates. Que, quando chegam ao poder, fazem o contrário do que haviam prometido na campanha eleitoral”.

O candidato social-democrata à presidência da Câmara Municipal de Lagoa, Rui Meneses, desafiou o actual presidente e candidato do Partido Socialista à autarquia lagoense para um debate público, no Cine Teatro Lagoense, já que, no dizer de Rui Meneses “os lagoenses estão confusos”, porque o PS adoptou “uma estratégia de dar o dito por não dito, de prometer obras, realizando outras que impossibilitam a execução das anunciadas”.

“O PS adoptou a estratégia do confundir para continuar a reinar na Lagoa. Está na altura certa de esclarecer os eleitores sobre o programa dos candidatos para o Concelho, para os próximos quatro anos. Aceite o desafio, senhor candidato do PS, e venha connosco debater publicamente o futuro da Lagoa. Deixe de se esconder sob a cadeira presidencial. Os lagoenses merecem ser devidamente esclarecidos. Não querem ser enganados, como têm sido os portugueses, em geral, pelo Eng.º Sócrates”, afirmou o candidato do PSD/A à Câmara Municipal da Lagoa.

“Vinte anos de poder socialista na Lagoa é muito tempo. Dá azo à arrogância que menospreza os direitos

e os anseios dos cidadãos. Aqui na Freguesia do Cabouco, o poder socialista tem continuamente desprezado os legítimos anseios dos cidadãos desta freguesia. Será porque, há quatro anos, os cidadãos desta freguesia votaram, maioritariamente, nas listas do PSD, para a Junta de Freguesia, Assembleia e Câmara Municipal? Será?”, interrogou-se Rui Meneses.

O candidato social-democrata realçou o valor da sua equipa de candidatos, apresentando a candidata colocada em segundo lugar da sua lista, Mariana Viveiros, ex-funcionária da Câmara Municipal da Lagoa, como a futura vice-presidente da autarquia lagoense.

“Ao contrário do candidato João Ponte, o PSD tem um projecto para a Lagoa, tem uma equipa que conta com valores jovens e outros já confirmados e, acima de tudo, tem uma enorme vontade de vencer”, afirmou Rui Meneses.

Victor Cruz faz a “volta do líder” nos Açores

O Presidente do PSD/Açores inicia hoje um périplo pelos diversos concelhos dos Açores. No âmbito da pré-campanha eleitoral para as Autarquias.

Victor Cruz tem vindo a presidir a diversos actos de apresentação de candidaturas social-democratas às Câmaras e Assembleias Municipais e, ainda, de Assembleias de Freguesia, nomeadamente nos concelhos de Vila Franca do Campo, Ribeira Grande, Povoação, Angra do Heroísmo, Horta e, ontem, na Lagoa.

Nos próximos dias o líder do PSD/Açores apresentará os candidatos social-democratas às autarquias dos Concelhos das Ilhas de Pico, São Jorge e Graciosa.

– Gab. Imprensa PSD/Açores

Braga

O Presidente da CM do Porto, Rui Rio, apoia candidato à C M de Braga

Facilmente identificáveis pelos transeuntes, os dois candidatos foram distribuindo cumprimentos e o "infomail" da candidatura bracarense, acompanhados por um grupo de cerca de 100 jovens apoiantes e foi ao som dos cânticos das juventudes que suportam a Coligação "Juntos por Braga", entrecortados, de quando em quando, pelo grito de "Rio vai em frente tens aqui a tua gente"

Segundo Rui Rio, "Braga tem condições para fazer o que o Porto fez há quatro anos e ser a surpresa da noite eleitoral das autárquicas. O desgaste de três décadas de poder Mesquitista aliado à qualidade, profissionalismo e competência do Ricardo Rio serão factores suficientes para derrotar o actual Presidente da Câmara bracarense", afirmou convicto o candidato à autarquia portuense.

Aliás, foi a confiança na vitória do candidato da Coligação "Juntos por Braga" que levou Rui Rio a abrir uma excepção na campanha que está a desenvolver no Porto, para vir a Braga demonstrar "total apoio ao Ricardo Rio e dizer-lhe que o próximo dia 9 de Outubro vai ser um momento histórico para Braga com a queda de 30 anos de reinado do Eng.º Mesquita Machado", explicou o autarca portuense.

No final do percurso, Ricardo Rio retribuiu os elogios a Rui Rio e elegeu "o Porto como um exemplo de um autarca que demonstrou valer a pena a mudança e a prova são os quatro anos de gestão de Rui Rio à frente da Câmara Municipal do Porto", afirmou, acrescentando "que é importante para o país que Braga tenha uma nova gestão e que aproveite todo o potencial deste concelho, que foi sempre desperdiçado por Mesquita Machado, e que vai permitir projectar o concelho como um pólo dinamizador da região norte e ser



considerado uma referência no panorama nacional", concluiu.

Candidatos à Freguesia de Real apresentados por Ricardo Rio

Coligação "Juntos por Braga" apresentou publicamente a lista candidata à Assembleia de Freguesia de Real, liderada pelo jovem Rui Milhão, que considera esta candidatura como uma verdadeira alternativa a uma maioria gasta pelo tempo, cilindrada pelos erros cometidos e asfixiada pela incapacidade criativa da sua liderança", afirmou.

Rui Milhão aproveitou a ocasião para dirigir fortes críticas aos quatro anos de gestão da actual Junta que, na sua opinião, "se revelou pobre de ideias, sem inovações de relevo, denotando mesmo alguma falta de ambição e capacidade criativa".

O candidato chamou ainda a atenção para a necessidade urgente de revisão por parte da Câmara Municipal de Braga do Plano de

Urbanização de Real / Dume, plano de pormenor que aumenta drasticamente a capacidade de construção da freguesia, tornando-a muito apetecível ao mercado imobiliário, acusando a actual Junta de Freguesia de ter estado completamente alheia a este processo e de não ter intervenido no sentido de salvaguardar a freguesia "de uma construção selvagem e em altura que só prejudica a qualidade de vida dos Realenses", constatou

Rui Milhão comprometeu-se publicamente a lutar sempre pela defesa dos interesses e qualidade de vida dos seus habitantes, defendendo "um crescimento sadio, sóbrio e ordenado para que Real não se transforme num novo Vale de Lameações".

No decorrer da apresentação, Rui Milhão elencou um conjunto de medidas que estão na base da sua candidatura e que considera fundamentais para um desenvolvimento sustentado, destacando ainda o importante papel que as instituições de cariz social e associativo desempenham na procura do bem-estar das populações.

Assim, Rui Milhão propõe-se reforçar o apoio social às camadas mais desfavorecidas da população. No campo desportivo pretende reforçar os níveis de prática desportiva, mediante a dotação de infra-estruturas de qualidade. Na área da educação, pretende também qualificar e alargar o Parque Escolar e a rede de Jardins-de-Infância e Creches. Relativamente ao ambiente, irão promover em articulação com as diversas escolas, acções de sensibilização, visando a preservação do meio ambiente e reciclagem de resíduos domésticos, em conjunto com a despoluição,

recuperação e valorização do Rio Torto e da Ribeira da Pedrinha, em articulação com várias instituições.

A recuperação do Convento de S. Francisco para criação de um Centro da Juventude. Haverá iniciativas específicas na área do ensino como a dinamização do Posto Público de Internet e com a sua transformação em Centro de Estudo.

Ricardo Rio, por seu lado, reafirmou a confiança nos excelentes resultados que serão alcançados dia 9 de Outubro. Na sua opinião, os autarcas devem ser julgados pela forma reivindicativa com defendem os projectos do seu concelho junto do Poder Central, sem olhar a quem ocupa. Ora. No caso de Mesquita Machado, até à tomada de posse do actual governo era vê-lo diariamente a atacar as decisões governamentais, mas hoje, ninguém o ouve, nem sequer falar das suas posições sobre as actuais opções do governo"

Ricardo Rio acredita na vitória e afirma que desta vez os bracarenses não estão seduzidos pelo Mesquitismo, que em Outubro irá sofrer a sua primeira derrota".

Classificando de "vergonhoso acto propagandístico" o passeio que a autarquia ofereceu aos idosos do concelho, Ricardo Rio lembra que "ainda hoje numa visita a uma IPSS bracarense, que tem desenvolvido um excelente trabalho, o seu director revelou-me que, em 29 anos de gestão camarária, Mesquita Machado nunca a visitou". Uma falha que, garantiu, Mesquita Machado vai poder corrigir após o dia 9 de Outubro", indo "finalmente de férias e comece por ir para fora cá dentro, de forma a conhecer melhor a realidade concelhia", concluiu. – **Gab. Imp. Coligação**



Ovar

Mais de mil pessoas estiveram na festa do PSD no Furadouro em que Alvaro Santos pediu “Maioria de Vitória”, em noite de ‘mar laranja’

O PSD obteve no último sábado uma das maiores mobilizações de sempre realizadas por um partido político no concelho de Ovar, ao ter reunido no Mercado do Furadouro quase dois mil militantes e apoiantes, num Grande Convívio Popular de preparação para a campanha eleitoral das Autárquicas.

O candidato à Câmara Municipal de Ovar, Álvaro Santos, mostrou-se sensibilizado pelo apoio expresso pelos simpatizantes da sua candidatura, que chegaram de todas as freguesias e contribuíram com a sua participação para o êxito daquela que foi, seguramente, a maior iniciativa partidária já realizada no Concelho de Ovar.

Com a festa ao rubro, Álvaro Santos subiu ao palco para defender que “o ciclo de doze anos de governação socialista já deu o que tinha a dar” e disse que, desta vez, “é tempo de mudar”. O ‘mar laranja’ que encheu o Mercado Municipal do Furadouro aplaudiu o candidato e este, pela primeira vez, pediu

publicamente a maioria absoluta para o PSD de Ovar no acto eleitoral marcado para 9 de Outubro. “Esta é uma candidatura vitoriosa”, afirmou, “mas precisamos de uma maioria para governar”.

Álvaro Santos enunciou a seguir os dez compromissos de honra do seu Programa Eleitoral: a retoma da construção da rede de saneamento básico aparece à cabeça das prioridades do executivo laranja, logo seguida de medidas que têm em vista o desenvolvimento económico e a criação de emprego, como a criação de um parque empresarial e de um pólo tecnológico – a ‘Cidade do Futuro’ que o candidato promete pôr de pé – ou a qualificação profissional de 900 pessoas num prazo de três anos.

A criação de parques verdes em quatro zonas nobres do concelho, a requalificação das avenidas de acesso às praias do Furadouro, Esmoriz e Cortegaça, e a construção de duas piscinas, no Norte e no Sul do Concelho, são outras das grandes propostas da equipa de Álvaro Santos para os próximos quatro anos.



A criação de 500 novos lugares de estacionamento no centro de Ovar e o lançamento de um Centro de Serviços em Esmoriz também integram o plano de acções prioritárias da equipa social-

democrata, bem como a edificação de um espaço para as sedes dos grupos de Carnaval e o incentivo à construção de dois novos hotéis nas zonas balneares do concelho, que encerram, assim, o conjunto dos dez principais compromissos do Programa Eleitoral do PSD.

Um programa que aponta uma meta e um desígnio para o futuro próximo: garantir melhor qualidade de vida para todos os cidadãos e fazer de Ovar um município de referência dentro da região em que está inserido.

Álvaro Santos apresentou ‘Cidade do Futuro’: Pólo Tecnológico poderá criar até 1500 empregos no Concelho de Ovar

O candidato do PSD à Câmara Municipal de Ovar, Álvaro Santos, apresentou esta semana os pormenores do seu projecto para a instalação de um Pólo Tecnológico em Ovar, que será a base do conceito que designou como a “Cidade do Futuro”.

Anunciado como um espaço de inovação onde convivem os sectores empresariais, de ciência, tecnologia e formação, o Polo Tecnológico promete ser um forte impulso para o desenvolvimento económico do concelho e da região envolvente, constituindo também uma resposta do município à conjuntura de crise



originada pela fuga das empresas multinacionais e pela elevada taxa de desemprego (a mais alta de todo o distrito de Aveiro).

A criação do pólo tecnológico integra os dez compromissos de honra do programa eleitoral do PSD de Ovar e, apesar de descrever esta ideia como “um sonho”, Álvaro Santos quer pô-la em prática já no próximo mandato autárquico. O projecto prevê a o aproveitamento de uma área total de 200 mil metros quadrados entre a linha de caminho-de-ferro e a EN 109, numa zona em decadência que, apesar de situada no coração da cidade, “tem sido marginalizada e vista como uma barreira” à ligação entre Ovar e S. João.

Para além da valorização daquele espaço físico, espera-se que o resultado mais visível da criação desta ‘Cidade do Futuro’ seja a atracção, para a cidade de Ovar, de um conjunto de pequenas empresas de base tecnológica, capazes de promover projectos inovadores e de potenciar emprego mais qualificado. Contando com a parceria das universidades e instituições de ensino para a formação

de quadros técnicos, os estudos indicam que a criação do Pólo Tecnológico de Ovar poderá originar, por si só, cerca de 1000 a 1500 novos empregos.

O projecto do Pólo Tecnológico de Ovar inspira-se nos bons exemplos do ‘The Digital Hub’, uma antiga zona industrial de Dublin regenerada, onde estão a instalar-se empresas do sector da inovação, e do ‘22@’, em Barcelona, onde um importante pólo industrial foi reconvertido para albergar indústrias do conhecimento.

Mas também em Portugal, e concretamente na Maia, existe hoje um dos casos mais pujantes e bem sucedidos da aplicação deste conceito à realidade portuguesa. O Tecmaia – Parque de Ciência e Tecnologia da Maia nasceu na sequência do encerramento de uma grande multinacional e, conforme adiantou o seu director, António Tavares, na sessão de apresentação do Polo Tecnológico de Ovar, prepara-se hoje – cinco anos depois da sua criação – para encarar o desafio de se expandir, para poder responder à pressão de novas empresas que ali se pretendem



instalar. Para António Tavares, o sonho do Pólo Tecnológico não será difícil de concretizar em Ovar e, como disse a Álvaro Santos, “até José Sócrates votaria a favor do PSD de Ovar, porque este tipo de projecto é,

justamente, a grande alavanca para o chamado choque tecnológico que o primeiro-ministro tanto defende”.

- Gabinete de Imprensa PSD/Ovar

Oeiras

Em Carnaxide, o PSD apresenta os candidatos mais identificados com a realidade da Freguesia

O candidato do PSD à Presidência da Junta de Freguesia de Carnaxide, Costa e Castro, manifestou o orgulho que sente pela equipa que constituiu, que “merece todo o apoio e credibilidade, até porque todos são residentes em Carnaxide e são perfeitamente conhecedores da sua realidade”.

Acrescentou que os eleitores, com o seu voto, “saberão distinguir quem, de forma transparente, melhor saberá defender os seus interesses”.

Amaral Lopes, Presidente do PSD/Algés referiu que a sobrevivência das instituições – em que se incluem os partidos – depende da observância dos princípios básicos da democracia, que todos devem salvaguardar e defender.

Recordou o percurso profissional de Teresa Zambujo, “alcançado por mérito próprio”, nomeadamente como Directora-Geral do Desenvolvimento Regional e como Presidente da Comissão Coordenadora da Região de Lisboa e Vale do Tejo. Disse que a decisão da

sua candidatura teve em conta, não só as provas dadas e o trabalho desenvolvido, como o respeito e a fidelidade ao Programa e aos ideais do PSD.

A candidata do PSD à Presidência da Câmara Municipal de Oeiras, Teresa Zambujo, elogiou Costa e Castro que, nos seus três mandatos, “tem demonstrado a constante preocupação de resolver os problemas da população de Carnaxide”.

Falou da postura do PSD – característica da sua candidatura – que não é exactamente a de “alguém que se diz ser do PSD mas que, depois, entra em tropelias”.

Anunciou que já está definido o local para a construção do novo Centro de Saúde e que apenas falta a concordância do Ministério da Saúde para que a Câmara assuma os custos da sua construção.

Sobre a sua disponibilidade para servir a população de Oeiras, Teresa Zambujo disse sentir “uma força interior muito grande” e que ainda

tem “muito para dar às 10 freguesias de Oeiras, ao Concelho e ao País”.

Jorge Paulo Roque da Cunha, Secretário-Geral Adjunto do PSD realçou o trabalho positivo, discreto e eficaz do candidato à Junta de Carnaxide.

Afirmou que a obra em Oeiras é a obra do PSD, de uma equipa que integrou Teresa Zambujo, cuja “capacidade de liderança não é de agora, é uma característica reconhecida de todo o seu percurso profissional”.

Teresa Zambujo em Barcarena, apresenta candidatos





Zambujo considerou que o facto revela ser a Freguesia o local ideal para a localização (Fábrica da Pólvora) do futuro “Campus da Biotecnologia”, como forma de fomentar o desenvolvimento de Barcarena.

Luís Rocha, candidato à Presidência da Junta de Freguesia, referiu o carácter rural de Barcarena e agradeceu a presença de elementos de outras forças políticas na sua lista, formada por residentes que conhecem a realidade e não prometem o que não podem cumprir.

Por entre uma estrondosa ovação,

Luís Rocha revelou que *todas as verbas que os elementos da lista venham a auferir no desempenho das suas funções serão integralmente canalizadas para um fundo de carácter social.*

Tavares Salgado, candidato à Presidência da Assembleia Municipal referiu que Barcarena conheceu um grande desenvolvimento nos últimos anos, beneficiando do significativo apoio de Teresa Zambujo.

Afirmou que os candidatos darão também o exemplo ao falarem sempre da sua obra, feita nestes três anos e meio, não atacando quem quer

que seja. Aproveitou para recordar a existência de uma candidatura independente que procura captar votos na área do PSD e “protagonizada por alguém que sempre foi contrário a candidaturas independentes porque dizia que levava ao populismo e à demagogia”.

A encerrar a sessão, Miguel Frasquilho, Vice-Presidente do Grupo Parlamentar do PSD, disse que todos os candidatos se devem empenhar para que o PSD possa continuar a mostrar todas as suas potencialidades que tem

demonstrado no Poder Local.

“Teresa Zambujo aposta no desenvolvimento e na criação de riqueza, única maneira de resolver os problemas sociais”, acrescentou.

Considerando que o projecto do PSD é o único que pode levar Oeiras para a esteira do sucesso, Miguel Frasquilho salientou que “votar no PSD no dia 9, para além de tudo o mais, será uma forma de mostrar um cartão amarelo ao Governo e dizer que o caminho que está a seguir não é o correcto”. – **Gab. Campanha Oeiras**

Águeda

Deslocações dos candidatos ao Executivo e Assembleia, às freguesias do Concelho

No dia 15 os candidatos Horácio Marçal, Paula Cardoso, Carlos Almeida e Carlos Franco, deslocaram-se a Óis da Ribeira para uma reunião de trabalho com o Executivo da Junta de Freguesia.

Entre os temas da ordem de trabalhos da reunião, Fernando Pires enumerou com o orgulho de quem se dedica de alma e coração à sua terra, toda a obra realizada pelo executivo da Junta e por toda a sua equipa durante o presente mandato.

Desde o investimento feito na Ponte, numa primeira fase as juntas de dilatação e depois a requalificação da mesma, só possível pelo alerta insistente do Presidente da Junta,

Fernando Pires, à construção do jardim em frente à Junta, ao alargamento de diversos caminhos, arruamentos, à aposta importante que a Câmara Municipal está a fazer no saneamento básico.

A comitiva do PSD visitou ainda as excelentes instalações da ARCOR, a convite da Direcção desta Associação, obra fundamental para Óis da Ribeira.

O candidato Horácio Marçal transmitiu uma mensagem de força e confiança para todos, salientando que a vitória do PSD em Óis da Ribeira vai ser uma certeza e, manifestando confiança porque a equipa que lidera estará sempre disponível para ajudar



a desenvolver esta Freguesia.

Festa-Convívio em Fermentelos

A lista candidata pelo Partido Social-Democrata à Assembleia de Freguesia de Fermentelos, encabeçada por Amílcar Lemos Dias, promoveu no passado Sábado, uma Festa Convívio em Fermentelos.

Muitos foram aqueles que se deslocaram até ao Parque das Tílias no Largo da Senhora da Saúde, Fermentelos, para conviverem e trocarem impressões sobre o futuro da Freguesia, ultrapassando claramente mais de uma centena de pessoas que ao som de música ali estiveram até depois do cair da noite.

Neste convívio estiveram presentes os candidatos à CMA, Horácio Marçal, Carlos Almeida e Carlos Franco, acompanhados de vários jovens da Juventude Social-Democrata de Águeda.

O candidato à Assembleia Municipal de Águeda, Paulo Matos também esteve presente neste convívio, e personalidades como Hilário Santos, Paula Franco, Alberto Marques e Marco Abrantes, acompanharam-no.



Belazaima do Chão pelo actual Executivo.

De seguida foi efectuada uma visita à Freguesia para que os candidatos pudessem ter um conhecimento mais profundo da obra realizada e dos projectos para o futuro. De destacar o investimento, melhoramento e embelezamento do Parque do Moinho de Vento.

O Presidente da Junta de Freguesia, Vasco Oliveira,

A equipa que o Candidato José António Ferreira lidera, propõe um projecto ambicioso para a Freguesia da Borralha. Neste Convívio foram discutidos muitos dos problemas da Freguesia e apontadas soluções como a construção da Casa Mortuária, a conclusão do Projecto do Areiro, a criação do A.T.L. e Pré - Primária, bem como a Variante de Santiago.

Durante o Convívio bastante animado ao som da música, couberam também intervenções dos candidatos à CMA, à AM e à Junta de Freguesia.

Todos eles reconheceram capacidade no candidato a Presidente, José António, bem como reforçaram a importância da concretização dos vários projectos pelo mesmo, para mudar a Borralha, dar-lhe uma nova dimensão, uma nova esperança.

Reunião na freguesia de Castanheira do Vouga

Também no dia 12, Horácio Marçal, acompanhado dos seus companheiros de candidatura Paula Cardoso, Carlos Almeida, João Tondela e Carlos Franco, reuniram com o executivo da Junta de Freguesia da Castanheira do Vouga.

Esta reunião de trabalho teve como objectivo conhecer a obra realizada, as principais dificuldades sentidas durante o mandato e os projectos para o futuro.

Muita foi a obra feita por este executivo de Junta. Várias acessibilidades foram feitas, nomeadamente do lugar da Igreja a Serra de Cima e Serra de Baixo, a

ligação de Cabeço de Cão a Macieira de Alcôba e Préstimo, abertura de estradões florestais.

Arranjos urbanísticos no lugar de Massadas e Falgarosa, melhoramentos na Capela de St^a Pombinha e Falgoselhe e intervenção nos parques fluviais e na fonte do Castilho, bem como arranjos do logradouro da Escola da Castanheira e recuperação da de Falgoselhe. Adquirir terrenos, ampliar o Cemitério, construir reservatório de água no Lugar da Igreja foram outras obras também realizadas.

Para o futuro a prioridade máxima será a construção do jardim-de-infância, apostar na Barragem da Redonda em projecto intermunicipal, substituição da rede de água, sendo a aposta da CMA no saneamento algo que será igualmente fundamental.

Como a Castanheira do Vouga é uma freguesia serrana, este Executivo de Junta terá sempre uma preocupação adicional na prevenção florestal, através da dinamização de equipas de intervenção rápida aos fogos.

A sede da Junta será alvo de uma intervenção, bem como o espaço envolvente ao cemitério.

Nesta Freguesia, a única lista que se apresenta a sufrágio no próximo dia 9 de Outubro é a do Partido Social-Democrata, encabeçada pelo Vitor Silva, actual Presidente da Junta, sendo um sinal claro que a Freguesia está bem, os fregueses acreditam no seu Presidente e querem que os destinos da Castanheira do Vouga continuem a ser geridos por este Partido.

— Gab. Campanha Abrantes



O Presidente Amílcar Dias, recandidatou-se com o propósito de continuar a desenvolver a sua Freguesia, e tem provas dadas, obra realizada.

Para os próximos dias esperam-se mais iniciativas do PSD nesta Freguesia de Fermentelos.

Candidatos à Câmara de Abrantes, na freguesia de Belazaima do Chão

Na segunda semana do mês, os candidatos do PSD à CMA reuniram com o Executivo da Junta de Freguesia de Belazaima do Chão.

Esta equipa jovem, responsável pelos destinos da Freguesia mostrou ter ambição e capacidade de trabalho. Obras como o alargamento e pavimentação de diversas ruas, o melhoramento do Cemitério, Parques e Escola Primária, a aquisição de equipamentos e maquinarias, a cimentação de valetas, apoio a diversas Associações, foram algumas das muitas desenvolvidas em

conjuntamente com a sua equipa, propõe-se a continuar o bom trabalho, mas sempre procurando cada vez fazer mais e melhor por Belazaima do Chão. Requalificar a sede da Junta através de pintura, melhorar a rede eléctrica, manter a execução de passeios, continuar a apoiar as colectividades da Freguesia, são algumas das propostas desta equipa.

Festa-Convívio na Freguesia da Borralha

No dia 17, Horácio Marçal, candidato à Câmara Municipal de Águeda, acompanhado dos candidatos Paula Cardoso, Carlos Almeida e Carlos Franco, estiveram presentes numa Festa Convívio no Candam, junto à Capela, na Freguesia da Borralha.

O Candidato à Assembleia Municipal, Paulo Matos, marcou também a sua presença, sempre acompanhado de mais elementos candidatos a este órgão autárquico.





Intervenção sobre as alterações ao artigo 21º do código do IVA

Deputado Hugo Velosa

Assembleia da República, 16 de Setembro de 2005



(...)

O Governo pretende:

1. Reajustar o regime de direito a deduções do IVA suportado em despesas resultantes da organização e participação em congressos, feiras, exposições, seminários, conferências e similares.

2. Alargar a possibilidade de dedução do IVA relativamente ao imposto suportado nas aquisições de bio combustível.

São objectivos melhores para Portugal do que aquele aumento do IVA decidido por este Governo e pelo Partido Socialista.

Vamos ao primeiro objectivo:

O Governo anterior, no Orçamento de Estado para 2005, introduziu alterações que visavam excluir da limitação do direito à dedução, o IVA contido nas despesas de natureza turística.

Passados poucos meses, o Governo vem propor novas alterações a tal regime.

Fá-lo invocando equívocos legislativos anteriores dos quais terão resultado regulamentações que invalidariam a preocupação inequívoca dos verdadeiros objectivos prosseguidos pelo legislador.

(...)

Infelizmente para os agentes económicos envolvidos e para salvaguarda dos interesses financeiros do Estado, embora haja melhorias, os objectivos do Governo não são integralmente atingidos.

Está neste caso o problema da

aplicação deste regime às agências de viagens, as quais já beneficiam de um regime especial previsto no Decreto-Lei 22/85, de 3 de Julho.

De facto da redacção proposta como compatibilizar a possibilidade de 50% do valor das despesas relativas à organização de congressos e afins, por parte das agências de viagens, se estas não têm direito à dedução do IVA nos termos daquele Decreto-Lei nº 22/85?

Por isso da redacção proposta a situação só ficará clarificada se o regime aplicável for mesmo o agora proposto, revogando-se o disposto no artigo 4º do Decreto-Lei nº 22/85.

(...)

Por outro lado não se compreende a opção pela limitação parcial de dedução do IVA a 50%, nomeadamente do ponto de vista dos objectivos que se pretende atingir com este tipo de deduções, incluindo quanto a critérios de salvaguarda dos interesses financeiros do Estado. O Governo entendeu manter a dedução parcial a 50%.

(...)

Quanto ao segundo objectivo (alargamento da possibilidade de dedução do IVA relativamente ao imposto suportado nas aquisições de bio combustível) o mesmo merece o acordo do Grupo Parlamentar do PSD.

E o acordo tem a ver com a necessidade de reduzir as importações de petróleo e as emissões de dióxido de carbono. O chamado bio diesel não é uma solução definitiva mas é, sem dúvida, uma via pragmática e possível face a outras energias alternativas.

Aliás, é notório o crescimento da produção do bio diesel na União Europeia, que tem sido de 35% ao ano.

Infelizmente Portugal tem estado fora desta aposta e deste crescimento.

E isto deve-se fundamentalmente à inexistência em Portugal, por exemplo, de um mecanismo de isenção do ISP que incentive a produção e a utilização do bio diesel.

A dedução agora criada é um passo. Espera-se que o Governo dê outros nesta matéria dos bios combustíveis criando incentivos e isenções fiscais à indústria do bio diesel, como aconteceu em Espanha e o Governo anterior se preparava para aprovar antes da dissolução da Assembleia da República.

(...)

Mais uma vez não queremos deixar de manifestar, como anteriormente, preocupação pela forma dispersa e não integrada numa estratégia de simplificação fiscal, como o Governo vem legislando em matéria fiscal.

O receio é que a fiscalidade em Portugal seja cada vez mais difícil de entender e de aplicar, com todos os efeitos negativos.

Esta “dispersão” de iniciativa legislativa não augura nada de positivo no Orçamento de Estado que aí vem.

Veremos: mas nesta matéria (e noutras) pouco ou nada se pode esperar deste Governo.

(...)

AGENDA PARLAMENTAR

Quarta-Feira, dia 28 de Setembro de 2005- 15:00H

Agendamento potestativo, requerido pelo PS

Projecto de Resolução nº69/X(PS)

(Propõe a realização de um referendo sobre a interrupção voluntária da gravidez realizada por opção da mulher nas primeiras dez semanas)

Quinta-Feira, dia 29 de Setembro de 2005-15:00h

Debate de urgência, requerido pelo GP/PSD

(Sobre licenciamento de actividades televisivas)

Proposta de Lei n.º 28/X (GOV)

(Aprova o novo regime jurídico das armas e suas munições)

Votações

Sexta-Feira, dia 30 de Setembro de 2005-10:00h

Discussão conjunta:

Projecto de Lei n.º 92/X (CDS-PP)

Projecto de Lei n.º 139/X (PSD)

Projecto de Lei n.º 149/X (PS)

Projecto de Lei n.º 161/X(PEV)

(Previne e proíbe a discriminação com base na deficiência)

Projecto de Lei n.º 145/X (PCP)

Projecto de Lei n.º 164/X (BE)

(Estabelece a garantia dos direitos dos utentes durante a realização de obras na auto-estrada)

Projecto de Deliberação n.º 3/X (CDS-PP)

(Constituição de um grupo de trabalho para o diagnóstico da situação actual dos maus tratos infantis em Portugal)

Projecto de Lei n.º 17/X (BE)

Projecto de Lei n.º 136/X (PCP)

(Revoga o Decreto n.º 35.106, que regulamenta a ocupação e atribuição de casas destinadas a famílias pobres).



Intervenção sobre os crimes de abuso de informação e de manipulação do mercado no âmbito do mercado de valores mobiliários

Deputado José Manuel Ribeiro (PSD)

Assembleia da República, 16 Setembro 2005



(...)

O Governo entregou na Assembleia da República a Proposta de Lei n.º 17/X, através da qual pretende obter autorização para “regular os crimes de abuso de informação e de manipulação do mercado no âmbito do mercado de valores mobiliários”, cujo código foi aprovado pelo Decreto-Lei n.º 486/99, de 13 de Novembro.

No essencial, com esta iniciativa legislativa o Governo pretende rever o Código de Valores Mobiliários, através da transposição para o ordenamento jurídico interno da Directiva n.º 2003/6/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 28 de Janeiro, relativa ao abuso de informação privilegiada e à manipulação de mercado.

Paralelamente, são também transpostas para o nosso ordenamento jurídico um conjunto de mais três documentos legislativos comunitários que vieram estabelecer as modalidades de aplicação do diploma supracitado, a saber:

- a Directiva n.º 2003/124/CE, da Comissão, de 22 de Dezembro, que diz respeito à definição e divulgação pública de informação privilegiada e à definição de manipulação de mercado;

- a Directiva n.º 2003/125/CE, da Comissão, de 22 de Dezembro, que se reporta à apresentação imparcial de recomendações de investimento e à divulgação de conflito de interesses;

- a Directiva n.º 2004/72/CE, da Comissão, de 29 de Abril, que se refere às práticas de mercado aceites, à definição da informação privilegiada em relação aos instrumentos derivados sobre mercadorias, à elaboração de listas de iniciados, à notificação das operações

efectuadas por pessoas com responsabilidades directivas e à notificação das operações suspeitas.

Refira-se ainda, que do conjunto de diplomas comunitários de concretização da “directiva base”, consta ainda o Regulamento (CE) n.º 2273/2003 da Comissão, de 22 de Dezembro, que estabelece as modalidades de aplicação relativas às derrogações para os programas de recompra e para as operações de estabilização de instrumentos financeiros.

(...)

Das alterações propostas no diploma em apreço, destaco aquelas que entendo ser de maior relevância, nomeadamente:

1. Ampliação do conceito de informação privilegiada, consagrando as proibições de abuso de informação e o dever de divulgação, por parte do emitente, da informação privilegiada que directamente lhe diga respeito. Refira-se que neste âmbito, fica incluída a existência de negociações, desde que, sendo idóneas, possam influenciar a formação dos preços dos valores mobiliários com que se relacionam;

2. Introdução da possibilidade de diferimento da divulgação pública de informação, desde que ela seja susceptível de prejudicar os legítimos interesses do emitente;

3. Reforço da cooperação entre as entidades de supervisão do mercado de valores mobiliários dos vários Estados-Membros da União Europeia, visando tornar mais eficaz a investigação, bem como a repressão de infracções;

4. O elenco dos factos dolosos foi alargado a situações de informação privilegiada que se referem ao conhecimento da prática de actos ilícitos, abrangendo especificamente actos terroristas, pelo efeito que provoca nos mercados financeiros;

5. Extensão do elenco de medidas sancionatórias do abuso de mercado, regulando expressamente o problema da apreensão e perda das vantagens patrimoniais dos crimes, em nome da proporcionalidade e eficácia das sanções;

6. Regulação do mecanismo de divulgação das decisões sancionatórias da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), de modo a garantir a imprescindível autonomia entre a fase administrativa e a fase judicial do procedimento contra-ordenacional, assim como a congruência e a uniformidade de

soluções do regime do lícito de mera ordenação social vigente no sector financeiro;

7. Adopção do conceito de “mercado regulamentado” em vez de “mercado de bolsa”, por ser o que mais se ajusta ao regime jurídico das entidades gestoras de mercados e prestadoras de serviços relacionados com a gestão.

(...)

Como referi no início da minha intervenção, no essencial, o que o governo propõe através da presente

iniciativa legislativa, reside quase exclusivamente na transposição de várias directivas comunitárias para o ordenamento jurídico interno.

Não é por isso, que deixa de ser menos meritória, como é óbvio, até porque vai no sentido correcto!

Para terminar, resta dizer que o Grupo Parlamentar do PSD, como partido responsável que é, vai votar favoravelmente a Proposta de Lei em discussão.

(...)

Deputado Luís Marques Guedes

Assembleia da República, 22 de Setembro de 2005



Voto de Pesar

Afonso Moura Guedes, um membro desta casa, um intelectual brilhante, um homem de grandes causas, morreu ontem aos 80 anos.

A sua vida cívica e política marcou de forma profunda todos os que com ele tiveram a oportunidade de conviver, sendo ainda hoje uma referência para muitos.

Licenciado em Direito pela Universidade de Coimbra, bem cedo evidenciou a sua capacidade de liderança e vontade de abraçar as causas públicas, sendo nesta Universidade Presidente da Associação Académica por dois mandatos e integrando como sócio fundador a SEDES – Associação para o Desenvolvimento Económico e Social.

Após a Revolução de 25 de Abril de 1974, interrompe a sua brilhante carreira profissional para se dedicar por inteiro à causa pública.

Participa na fundação do PSD em Maio de 1974, tendo sido eleito para a Assembleia Constituinte e para a Assembleia da República na 1ª Sessão Legislativa onde assumiu as funções de Presidente do Grupo Parlamentar do PSD.

Posteriormente, foi eleito deputado nas 2ª, 3ª, 4ª, 5ª e 6ª Legislativas.

Assumiu cargos partidários da maior relevância, quer ao nível da Área Oeste, quer ao nível nacional.

Foi durante oito anos e meio Governador Civil de Lisboa, onde deixou uma marca que todos recordam e respeitam independentemente da sua orientação político-partidária.

Afonso Moura Guedes era tudo isto, mas era também um Homem simples, com bom humor, pronto a dar a mão a um amigo, a ajudar o próximo, sempre a servir a comunidade.

Muitos o recordam com saudade.

A Assembleia da República manifesta o seu pesar pelo falecimento de Afonso Moura Guedes e apresenta à sua família as mais sentidas condolências.



Intervenção sobre alteração da moldura penal no caso de crimes de incêndio florestal

Deputado Montalvão Machado

Assembleia da República, 22 de Setembro 2005

(...)

... o Partido Social Democrata intervém neste debate resultante de um agendamento potestativo do Partido Popular, durante o qual estamos analisando e vamos analisar a bondade ou o acerto da iniciativa legislativa que pretende alterar a moldura penal no caso de crimes de incêndio florestal.

Como já aqui foi dito, o projecto em discussão tem como principal objectivo agravar aquela moldura penal, elevando de 3 para 4 anos de prisão o limite mínimo da pena aplicável em caso de dolo nos ditos crimes de incêndio florestal.

(...)

Ao ler o preâmbulo do projecto de lei, verifiquei que a maior parte do texto alude precisamente aos fogos florestais deste último Verão, que, de facto, dizimaram um quarto de milhão de hectares no nosso território. Sobre o desastre em si já se falou e debateu muito, mas fez-se muito pouco.

Na verdade a proporção do desastre é absolutamente simétrica à desastrosa intervenção do Governo

junto das populações que foram mais atingidas por este flagelo e que ainda hoje permanecem completamente abandonadas, devido a uma injustificada teimosia governamental quanto a tomar de imediato as medidas instrumentais urgentes que o desastre justifica.

(...)

Ora, muito sinceramente, Srs. Deputados, por regra, estas reacções a «quente», como em tudo na vida, não são boas conselheiras, sendo ainda menos boas conselheiras na nobre função legislativa que exercemos e ainda menos boas conselheiras quando se está perante pretensas alterações a um diploma tão importante como é o Código Penal.

... Esta deve ser a regra: não mexer casuística e isoladamente, ao sabor de ventos e marés, num diploma com a relevância do Código Penal.

(...)

Já agora, gostaria de partilhar com os Srs. Deputados uma reflexão que fiz: por que não pensarmos numa legislação própria para a época dos incêndios?

Fizemo-lo noutras circunstâncias,



a propósito do Euro 2004, com assinalável sucesso. Bem sei que o assunto não tem nada que ver, é claro que não, mas fizemo-lo com assinalável sucesso. Por isso, por que não pensarmos nessa solução de criar um conjunto de legislação própria para aplicar nessa altura?

Seria gerir e otimizar melhor os meios humanos e técnicos.

Além disso, Srs. Deputados,

apesar desta iniciativa legislativa merecer as críticas que merece, tem a virtude de constituir, ela própria, um ponto de partida para toda esta reflexão.

Por isso, não nos comprometemos com ela, com o seu conteúdo material, mas não vamos inviabilizá-la.

(...)

o PSD pergunta

Requerimento aos Ministérios da Economia; do Ambiente, do Ordenamento do Território e do desenvolvimento Regional; da agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas; e a câmara Municipal do Seixal

Sobre o abate de sobreiros no Município do seixal

Deputado Luís Rodrigues

Requerimento ao Ministério da Saúde

Sobre o encerramento de serviços de atendimento permanente no distrito de Bragança

Deputado Adão Silva

Requerimento ao Governo

Sobre a reestruturação da RTP e da RDP na Região Autónoma dos Açores

Deputados João Bosco Mota Amaral; Joaquim Ponte

Requerimento ao Ministério da Saúde

Sobre o hospital de São Teotónio, S.A – Viseu.

Deputado António Almeida Henriques e outros

Requerimento ao Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional

Sobre a Gestão e tratamento dos resíduos das actividades de construção e demolição

Deputado Miguel Almeida

Requerimento ao Governo

Sobre a Universidade dos Açores

Deputados João Bosco Mota Amaral; Joaquim Ponte

Requerimento aos Ministérios das Finanças; Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações

Sobre a pretensão da TAP avançar para um investimento estratégico que ascende a 1.3 mil milhões de euros, destinado à renovação da sua frota de aeronaves de longo curso.

Deputado Miguel Relvas e outros

Requerimento ao Ministério da Administração Interna

Sobre as instalações da Brigada de trânsito da GNR

Deputado José Mendes Bota

Intervenção sobre a criação de um estatuto jurídico do Conselho Nacional da Juventude

Deputado Pedro Duarte

Assembleia da República, 16 de Setembro de 2005

(...)

Quero também, em nome do Partido Social-Democrata, associarmos às palavras que hoje já aqui ouvimos, e que, certamente, continuaremos a ouvir, de saudação desta iniciativa de criação de um estatuto jurídico do Conselho Nacional de Juventude, a qual foi, exemplarmente, subscrita por todos os grupos parlamentares.

Na verdade, o **Conselho Nacional de Juventude é um espaço de cidadania que merece o nosso aplauso e a nossa homenagem.**

Inúmeras associações juvenis no nosso País, compostas por milhares de jovens, vão quotidianamente exercendo um papel particularmente relevante na nossa sociedade, nem sempre com o devido reconhecimento.

Portanto, começo por enaltecer o facto de nós hoje, aqui, na Assembleia da República, de uma forma consensual, estarmos, no fundo, a reconhecer o papel cívico e social desempenhado por milhares e milhares de jovens, que, quotidianamente, vão trabalhando, também em milhares de associações juvenis, um pouco por todo o País.

São de diversa índole as associações juvenis que integram o Conselho Nacional de Juventude, desde estruturas partidárias a estruturas sindicais, de natureza ambiental, de intervenção social e cultural, etc., e desempenham um papel extraordinariamente relevante, como afirmei há pouco.

Mas, mais do que isto, se me permitem, deixem-me enfatizar uma função, a montante, que, no fundo, corresponde àquilo que as **associações juvenis representam**, hoje em dia, em pleno século XXI, também no nosso país: são, de facto, **verdadeiras escolas**

de participação democrática e de intervenção cívica ou, diria mais, são um garante da democracia e da liberdade no nosso País, são, no fundo, um garante dos pilares essenciais em que assenta a nossa civilização.

Nesse sentido, estamos a preparar bem o nosso futuro, enquanto sociedade, se estimularmos e confortarmos aquela que é a tarefa fundamental desempenhada pelas associações juvenis.

Em nome do Partido Social-Democrata, quero manifestar a nossa satisfação e alegria por sermos parte deste momento importante na vida do CNJ.

O PSD e, particularmente, a sua organização de juventude — a JSD — estão, desde o primeiro minuto, com o CNJ, no CNJ. Estivemos, desde a primeira hora, na sua fundação e estivemos, *a posteriori*, no seu relançamento, há uns anos atrás.

É, portanto, com orgulho que podemos dizer que temos estado com o CNJ nos grandes momentos. Aliás, ainda recentemente, neste mesmo ano, fazendo parte do Governo de então, pudemos colaborar, em conjunto com a Câmara Municipal de Lisboa — justiça lhe seja feita —, para ajudar a concretizar um outro sonho do Conselho Nacional de Juventude, designadamente a disponibilização de uma sede própria, onde pudesse, de facto, exercer a sua actividade e instalar a sua direcção nacional.

Assim, e em coerência com isso mesmo, deixo também uma palavra relativa ao consenso, à unanimidade que se gerou neste Parlamento, a propósito deste tema, saudando, portanto, democraticamente, todos os grupos parlamentares, sem qualquer excepção.

Não deixo de parte uma palavra



de especial saudação ao alto patrocínio do Presidente da Comissão de Educação, Ciência e Cultura, Deputado António José Seguro, que, de facto, foi uma «mola» impulsionadora importante para podermos chegar a este momento, mas sem haver uma motivação de todos os grupos parlamentares, sem excepção, isso não teria sucedido.

Este é, pois, um exemplo que deve ser elevado, e ainda bem que o é numa causa como esta.

É que se há momentos em que, democrática e saudavelmente, aqui, nos dividimos e matérias em que divergimos, há também momentos em que, em prol das boas causas, faz sentido que encontremos pontos de convergência e de unanimidade. Este é, pois, um bom exemplo para isso mesmo, e ainda bem que o conseguimos.

Uma última palavra para dizer que, da parte do Partido Social-Democrata, há toda a disponibilidade e, mais do que isso, toda a vontade para que, em sede de especialidade, possamos levar a cabo alguns

aperfeiçoamentos deste projecto de lei.

Parece-nos, aliás, essencial que, na fase da discussão na especialidade, possamos ouvir os próprios órgãos do Conselho Nacional de Juventude para, a partir daí, podermos introduzir as melhorias devidas.

Fica registada, por parte do Partido Social-Democrata, uma palavra de saudação por esta iniciativa, de saudação às inúmeras associações juvenis, algumas das quais não estão no CNJ, têm índole local mas desempenham um extraordinário papel na nossa sociedade, e, hoje, particularmente, de saudação ao Conselho Nacional de Juventude, aos seus órgãos, às suas organizações-membro e, principalmente, àquele que, no fundo, é o espírito que reina no associativismo juvenil.

É caso para dizer, hoje, «viva o Conselho Nacional de Juventude», porque, ao dizermos isto, estamos a dizer viva a democracia, viva a liberdade e, no fundo, viva Portugal.

(...)



Que avaliação fazer das Autoridades Metropolitanas de Transportes?

Em 2004 foi aprovado o primeiro diploma constituinte das Autoridades Metropolitanas de Transportes. O trabalho até agora realizado mostrou que era possível dar início a uma efectiva política da articulação e coordenação dos transportes nas duas grandes Áreas Metropolitanas. Este é um bom momento para um debate e avaliação, sobre as Autoridades Metropolitanas de Transportes.

Com a publicação deste diploma em Outubro de 2003 e após o período de seis meses de instalação destas autoridades, a de Lisboa e do Porto, temos ao fim de 13 anos, finalmente, a consagração legal de uma intenção já enunciada e prevista na Lei de Bases dos Transportes Terrestres, Lei nº 10 / 90 de 17 de Março onde expressamente se previa a criação de uma Comissão / Comunidade Metropolitana de Coordenação de Transportes.

Mas as Autoridades Metropolitanas de Transportes servem para quê? São afinal apenas a consagração na Lei de mais um organismo da administração ou são efectivamente uma oportunidade de dar um novo rumo, com mais rigor e coordenação do planeamento, execução e fiscalização de infraestruturas e serviços públicos de transporte?

Acredito sinceramente que as boas ideias e as propostas consagradas no texto final do diploma das Autoridades Metropolitanas possam ser concretizadas de uma forma faseada, gradual e sobretudo com **Autoridade!** Recordemo-nos o que era a Área Metropolitana de Lisboa e do Porto há dez anos atrás. Ou mesmo o que eram estas regiões na década de 80.

E ao lembrarmo-nos do que foi o caminho percorrido teremos todos de reconhecer o salto de gigante que foi dado na qualidade de serviços praticados pelos diversos operadores de transporte, nomeadamente de passageiros bem como na concretização de inúmeras infraestruturas e alguns interfaces.

Mas, infelizmente hoje em dia apesar das medidas tomadas, há menos pessoas a utilizarem os transportes colectivos de passageiros e mais a usarem o transporte individual. Tal deve-se só ao aumento generalizado e mundial de motorização das pessoas e à melhoria das condições económicas individuais que proporcionam a cada vez mais cidadãos a possibilidade de adquirirem uma viatura individual? Sabemos que não!

Como quase todos os estudos e investigadores indicam, não é pelo facto dos cidadãos terem um maior acesso ao transporte individual e ao investimento nas infraestruturas rodoviárias que justifica sequer a maior parte das causas que levam os portugueses a afastar-se dos transportes colectivos.

A razão está mais no facto do

transporte urbano não ter a mobilidade nem o perfil adequado à procura e às necessidades de todos aqueles que encetam viagens diárias nas Áreas Metropolitanas sobretudo numa lógica “casa-trabalho” ou “casa-escola”.

Todos conhecem as queixas dos utentes sobre a lentidão dos transportes públicos, das esperas e dos apertos em paragens de autocarro, de táxis, ou de outros modos de transporte onde, o conforto ainda não é reconhecido nem existem os interfaces entre os vários modos de transporte que permitam reduzir tempos de percurso, melhorar a bilhética ou tão simplesmente o custo em parques de estacionamento na periferia dissuasores da utilização do transporte individual.

Quando hoje em dia, em várias situações, demora-se mais tempo a procurar encontrar um lugar de estacionamento num dos ditos interfaces de que no percurso propriamente dito da viagem ou mesmo o facto de o custo do bilhete no metro, autocarro ou comboio ser inferior ao que se vai pagar ao fim do dia nos ditos estacionamentos dissuasores, percebemos que se mantêm e incrementem determinadas tendências, nomeadamente o levar o carro para a porta de entrada do emprego de cada um.

Perder tempo por perder tempo, vai-se justificando levar a viatura até ao pé da porta.

Mas isto como sabemos, cada vez mais, não é sustentável porque sobrecarrega os principais centros de atracção de pessoas como gera no final da tarde e à noite a saturação dos acessos aos dormitórios da periferia de Lisboa e Porto. O crescimento urbano junto das grandes cidades de Lisboa e Porto não foi nem o podemos referir como uniforme nem similar em todas os Concelhos das Áreas Metropolitanas.

Houve claramente autarquias que não cuidaram da mobilidade e da acessibilidade. Permitiram construir, construir, construir, sem cuidar das infraestruturas rodoviárias e equipamentos sociais e de apoio às comunidades que se instalaram nestas novas zonas urbanas. O crescimento disperso e em mancha de óleo nas Áreas Metropolitanas são um facto a que nem os planos Directores Municipais conseguiram trazer mais racionalidade sobretudo porque o aspecto transporte e mobilidade esteve quase sempre ausente neste planeamento. Aumentou-se o tempo de percurso para as populações e apesar do aumento da qualidade e, da regularidade e conforto dos transportes públicos como já foi

referido não houve aumento da procura dos transportes públicos, como seria de esperar à primeira vista.

Não considero que a generalidade dos portugueses que usam o transporte individual não estejam disponíveis para usar os transportes colectivos. Acho mesmo que um grande número estará disponível em abdicar do uso do transporte individual, pelas economias que obterão, pelo tempo que eventualmente ganharão e pelo conforto de um transporte adequado, caso as diversas ineficiências do sistema sejam ultrapassadas.

Refiro-me concretamente a “interfaces”, à existência de estacionamento adequados e económicos, segurança no cumprimento e compatibilização de horários entre os diversos modos de transporte e a uma bilhética adequada.

Mas para que isto possa ser uma realidade, as empresas públicas têm de saber sentar-se à mesma mesa e articular as suas políticas de transporte bem como entre estas e os operadores privados.

Mas a articulação não termina a este nível. Será necessário uma efectiva capacidade de planeamento e de autoridade para poder executar um conjunto de tarefas que precisam de ser assumidas, envolvendo as Autarquias e o Governo. É preciso fazer economias e poupar em investimentos não suficientemente ponderados. É necessário parar o sorvedouro do dinheiro dos contribuintes, sem resultados evidentes, na forma como as empresas prestam os serviços públicos e planeiam novas infraestruturas.

É chegado o momento de não olhar para o lado quando assistimos ao crescimento do deficit das empresas públicas de transportes, sem haver claramente a definição de quem paga o quê! Porque no final das contas são os contribuintes através do Estado que terão de pagar sempre o passivo acumulado.

A articulação dos transportes a conseguir pelas Autoridades Metropolitanas só será possível com uma efectiva capacidade de demonstrar que as mudanças e práticas fazem sentido se tiverem os utentes como os seus principais aliados.

Os passageiros não são um fardo ou um frete, são a razão de ser dos transportes colectivos. E para isso temos de contar com o Governo, Autarquias, sector público e sector privado.

Todos terão de convergir para um fim comum. Racionalizar os investimentos, justificar opções e no fim se não houver acordo, que haja autoridade para agir.

Compreendo e sei do que falam aqueles que temiam que as Autoridades Metropolitanas constituíam mais um agente neste processo que em vez de simplificar, poderia ser antes, mais um embaraço administrativo.



Artigo de Pedro Moutinho *

É por isso que acho que a escolha das pessoas para as Autoridades Metropolitanas foi um bom indicio das capacidades e expectativas que oferecem. Mas também o pessoal técnico a nomear terá de ser em número reduzido mas altamente qualificado e experiente, para tornar relevante o sucesso deste modelo. A autoridade não se decreta por Lei mas tem de ser sentida por todos os intervenientes neste processo. O processo terá de continuar a ser gradual, e por isso não se deve elevar em demasiado as expectativas sobre os primeiros resultados. Será necessário criar confiança, métodos de trabalho e sobretudo de coordenação.

Falta agora a exibição da vontade política com a transferência de recursos financeiros para dar consistência a estas entidades. Igualmente, é necessário garantir autoridade destas entidades que não podem converter-se em novas direcções-gerais ou em empresas públicas bloqueadas. Devem ter por isso um estatuto e uma flexibilidade que permita agir rapidamente com um corpo dirigente e de técnicos de alta qualidade.

Falta concretizar esta ideia final. O Governo e as autarquias têm de vencer os receios e o imobilismo. POR isso o tempo decorrido permitiu que uma avaliação política pudesse ser assumida sobre o futuro destas entidades. Pergunto pois, de que estão à espera para agir! Os recursos públicos são escassos e temos a obrigação de lhes dar boa orientação e utilização. Já chega da desorganização e da ineficiência em que vivemos. O tempo das reformas na área dos transportes e da mobilidade está em curso. - (*) *Arquitecto Paisagista, Presidente da Comissão Parlamentar de Obras Públicas, Transportes e Comunicações em 2004/2005*

“É preciso definir o futuro da Escola Profissional das Capelas”

Uma delegação do Grupo Parlamentar do PSD/Açores, composta pelos deputados José Manuel Bolieiro, António Marinho e Maria José Duarte, visitou a Escola Profissional de Capelas (EPC), tendo sido recebida pela Direcção daquele estabelecimento, com quem trocou impressões sobre temas e problemas relacionados com a formação profissional.

Antes de acompanhar os Deputados numa visita guiada à Escola, a Direcção da EPC deu a conhecer, entre outros aspectos, a diversidade da oferta formativa, salientando a abertura de novos cursos, as condições de trabalho actualmente existentes e o apoio dado, na componente prática dos cursos do PROFJI, às escolas do ensino regular, designadamente em termos de formadores, recursos didácticos e cedência de instalações.

Os Deputados sociais-democratas constataram a relevante capacidade de crescimento da actividade da EPC, que se apresenta em consonância com a procura de formação que se tem manifestado, já que tem excedido largamente a actual oferta deste estabelecimento público de ensino.

Este desfasamento procura/oferta mereceu particular atenção dos deputados do PSD, uma vez que poderá justificar maior e melhor investimento na EPC, designadamente na reparação e ampliação de algumas infra-estruturas, bem como actualização de equipamentos, em algumas das áreas de formação já existentes, e também a construção de novos espaços de trabalho para abertura de novas áreas formativas.

A qualidade da formação ministrada foi, obviamente, outra questão abordada na visita. Neste domínio, o Director da EPC destacou o excelente trabalho desenvolvido pelos diferentes grupos profissionais da Escola, o esforço que tem sido dispendido na melhoria do funcionamento das aulas, a modernização dos serviços, o estabelecimento de protocolos com empresas, o elevado índice de “empregabilidade” dos formandos, o significativo sucesso escolar e os resultados que têm sido obtidos em concursos nacionais e internacionais.

Os deputados José Manuel Bolieiro, António Marinho e Maria José Duarte puderam constatar a reduzida relevância que o Governo Regional tem dado a este conjunto de questões abordadas, o que se tem constituído como um gritante desperdício de oportunidades em matéria de comunicação das condições e potencialidades apresentadas pela EPC.

Os Deputados do PSD puderam ainda verificar que a Direcção da EPC partilha de algumas das suas preocupações, designadamente a necessidade de apostar mais na formação de activos e a urgência de mudar o sistema de



contratação dos formadores externos, que se encontram há diversos anos em situação precária, para a Escola e para os próprios, no sistema de recibo verde.

Também consensual se afigura a utilidade de uma discussão alargada sobre formação profissional, em especial sobre o volume de meios financeiros que actualmente se encontram envolvidos, a quantidade de pessoas que lhe está associada e a sua importância na qualificação dos nossos jovens, o que deverá conduzir a uma definição clara do futuro da Escola Profissional de Capelas e das formas de apoio às escolas profissionais privadas.

Na sequência desta reunião, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores apresentará um Requerimento ao Presidente da Assembleia Legislativa, questionando o Governo Regional sobre a política de formação que pretende seguir no futuro, onde será dado especial destaque aos critérios que se pretendem seguir no financiamento das escolas profissionais, nomeadamente a Escola Profissional das Capelas. – **Gab. Imp. PSD/Açores**

Coligação visita Associações Industrial e Comercial



Conscientes da importância de estabelecer um contacto directo com as diversas instituições bracarense, a Coligação “Juntos por Braga”, acompanhada pelo candidato à Junta de Freguesia de S. Lázaro, João Pires, visitou duas das Associações, que pela sua área de intervenção, mais dinamizam e mais desenvolvimento tem trazido a Braga – a Associação Industrial do Minho (AIMINHO) e a Associação Comercial de Braga (ACB).

Na Associação Industrial do Minho, foi feita uma breve apresentação das principais áreas de intervenção da Associação, com especial ênfase para o projecto de ordenamento do território empresarial – quer nos Parques Empresariais existentes, quer nos Parques Tecnológicos a criar.

Este ordenamento territorial tem vantagens ao nível da competitividade e de crescimento das empresas e do Concelho, ao nível ambiental, no aumento da oferta de emprego qualificado e ao nível do desempenho dos Recursos Humanos.

Uma das questões mais prementes do meio empresarial, prende-se com o facto da maioria dos Parques Empresariais que hoje existem não estarem dotados das estruturas necessárias, concretamente no que diz respeito a serviços de apoio às empresas e à ausência de preocupações ambientais.

Outra das actuais apostas desta Associação passa pela construção de três a quatro grandes Parques Tecnológicos complementares. Na ligação entre este quadrilátero assume especial importância uma outra bandeira da Associação e desta Candidatura - o Metro de Superfície - já que estas serão áreas geográficas onde se verificará uma grande mobilidade de recursos humanos.

No mesmo dia, a Coligação “Juntos por Braga” esteve reunida com a Direcção da Associação Comercial de Braga, que entregou à Candidatura um documento onde enumera um conjunto de constrangimentos ao exercício da actividade económica: a conjuntura económica, a desertificação do centro da cidade e o aparecimento de grandes superfícies comerciais, ou a mudança nos hábitos de consumo.

A concorrência desleal dos mercados e feiras, a forma como a actual lei do licenciamento comercial está a ser aplicada, a ausência de uma política de dinamização e revitalização do comércio, são outras das preocupações com que a Associação se debate.

No mesmo documento, a Associação Comercial de Braga sugere um conjunto de medidas e projectos para o relançamento do Comércio, Turismo e Serviços, de onde se destaca o reforço dos programas de renovação urbana, o estímulo à actividade económica através de uma redução das taxas que, segundo os dirigentes, “são excessivas face a concelhos vizinhos”.

A Associação Comercial de Braga considera fundamental estabelecer com a Câmara uma parceria com vista à dinamização de um projecto piloto que apoie o comércio urbano e peri-urbano, reforçar a promoção turística da cidade, aumentar o poder de atractividade de Braga para acolher eventos de grande impacto, de cariz desportivo, cultural ou religioso, apoiar a recuperação do Mercado Municipal e envolver as associações empresariais na gestão deste e de outros equipamentos municipais.

Ricardo Rio, líder da Coligação, expressou a sua satisfação pela forma como estes encontros decorreram e pelos importantes contributos recolhidos, constatando, ainda, que a esmagadora maioria dos pontos focados já estão integrados no programa da candidatura que será apresentado brevemente, em resultado do profundo trabalho de base realizado ao longo dos últimos anos e das propostas de Modelo de Desenvolvimento Económico do Concelho já formuladas pelo próprio.

O candidato à Presidência da Câmara de Braga teve ainda oportunidade de realçar a lógica de parceria, de diálogo e de colaboração permanente que pretende instituir com todas as associações do concelho e que, como o próprio referiu “é uma postura bem contrária à assumida pelo actual Executivo que tenta tutelar todas as Associações e controlar toda e qualquer iniciativa conjunta”.

Ricardo Rio lamentou também a ausência de estratégia por parte da actual direcção da Autarquia, no que diz respeito ao comércio, à indústria e ao turismo, e à forma como tem lidado com os problemas que afectam estes sectores,



importantíssimos na afirmação de uma Braga liderante, quer a nível regional quer nacional.

Ricardo Rio, aproveitou também a ocasião para reiterar o convite endereçado às duas instituições para participarem na conferência, que vai ter lugar no próximo dia 21 de Setembro, às 18h00, na Sala Minho do Hotel Turismo, com o Professor António Borges, cuja temática vai de encontro aos pontos abordados nos dois encontros - “Os factores indutores de competitividade regional”. - **Gab. PSD/Braga**

Notícias de Cascais

O Concelho de Cascais está em 1º Lugar em termos de qualidade de vida



Os progressos evidentes do Concelho de Cascais, desde que António Capucho assumiu a gestão da autarquia, são evidentes. Quem o afirma é o jornal “Expresso”, que há dias, sob o título “Retrato de um país dividido”, apresenta Cascais em primeiro lugar, seguida de Sintra e Oeiras, em segundo e terceiro lugares, todos Concelhos em que uma gestão socialista foi substituída por gestões autárquicas do PSD - como aconteceu em Oeiras, embora há mais que dois mandatos.

Há quatro anos, antes de António Capucho e a actual coligação assumirem o Governo da Câmara Municipal de Cascais, a situação era bem diferente.

Segundo um estudo publicado pelo “Diário de Notícias”, Cascais aparecia atrás de 14 municípios da Área Metropolitana de Lisboa (AML), ocupando o 15.º lugar no ranking dos 18 municípios da AML, ultrapassando apenas 3 municípios da margem Sul, mas ficando aquém de todos os demais municípios da Grande Lisboa, nomeadamente o Seixal, Palmela, Moita e Barreiro.

Nessa altura, em 2001, no programa da candidatura de António Capucho afirmava-se: “De facto, como consequência directa da política dos últimos anos, especialmente agravada pelos mandatos socialistas, Cascais confunde-se hoje cada vez mais com os concelhos ‘dormitórios’ da periferia de Lisboa caracterizados pela má qualidade de vida fruto do crescimento anárquico e excessivo, pela falta de infra-estruturas, de equipamentos, de espaços verdes e da prestação de serviços apropriados. Por este caminho, o concelho qualificado, prestigiado e procurado internacionalmente que Cascais já foi, corre o risco de se tornar a curto prazo num difícil exercício de memória...”

Felizmente, passados quatro anos, como constata o “Expresso”, essa situação está ultrapassada. Neste trabalho, assinado por Rosa Pedrosa Lima e Vítor Andrade, pode ler-se: “Cascais e Pampilhosa da Serra são as faces opostas de um país que continua a funcionar a duas velocidades. Ou, de um ponto de vista mais radical, poderiam ser municípios de países completamente diferentes, em matéria de desenvolvimento. O primeiro, ao nível do melhor da Europa. O segundo, próximo de modelos de sociedades fechadas e à beira da estagnação.”

E prossegue: “De um lado, há um concelho de crescimento económico, de elevado nível cultural, de enorme taxa de actividade e população jovem. Do outro ...”

No mapa que acompanha o trabalho, e em que Cascais surge em primeiro lugar, são referidos os seguintes dados:

Taxa de analfabetismo, 4,5%; taxa de desemprego, 6,9%; taxa de actividade, 53,1%; natalidade por 1000 hab., 13; índice de envelhecimento, 98, médicos p/1000 hab., 6,4; consumo de energia doméstica (Kw/h) 2800; índice de desenvolvimento social, 0,93; empresas sedeadas, 20.731, rendimento mínimo garantido, 2,7%; automóveis por 1000 hab., 609; ecopontos p/1000 hab. 25,4; bibliotecas públicas, 19; polícias p/1000 hab. 1,7.

Voltando agora ao estudo do “Diário de Notícias” de há 4 anos, Cascais destacava-se pela negativa no ambiente, na segurança, na mobilidade/acessibilidade, na habitação e no comércio e serviços.

Que contraste!

O Programa da Coligação VivaCascais para 2005/2009, divulgado por António Capucho no dia 16 de Setembro (e que pode ser encontrado em www.vivacascais.com), fala por si. Nele são estabelecidas as prioridades para



os próximos quatro anos, desde planeamento estratégico e urbanismo, educação e cultura, desporto e juventude, áreas sociais, habitação e programa PER, ambiente, vias de comunicação e transportes, actividades económicas, segurança e protecção civil, descentralização e participação cívica, até relações exteriores.

De facto muito evoluiu positivamente em Cascais, mas de todos, António Capucho é o mais inconformado e, por isso, está determinado em prosseguir por mais quatro anos. - **Gab. Imprensa “VivaCascais”**

Notícias de Sintra

Manuais escolares gratuitos para o 1º ciclo do Ensino Básico

Todos os alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico de Sintra (15.984 alunos) receberam hoje gratuitamente os manuais escolares para este ano lectivo. A cada criança foram entregues três manuais das seguintes matérias: Língua Portuguesa, Matemática e Estudo do Meio, o que perfaz um total de 47.952 exemplares. Para o efeito, a Câmara Municipal investiu 394.693,12 Euros.

A apresentação dos manuais teve lugar na EB 1/JI de Aqualva, numa cerimónia que contou com a presença do presidente da Câmara Municipal de Sintra, Fernando Seara, que entregou os manuais aos alunos de duas turmas daquele estabelecimento escolar.

A par desta medida, a autarquia também disponibiliza este ano (e tem disponibilizado nos últimos três anos) apoio financeiro para a aquisição de material escolar.

Assim, cada um dos alunos carenciados de Sintra vai receber 12,00 €, que deverão ser aplicados em material de desgaste (folhas, esferográficas, réguas, etc...).

Ainda quanto ao apoio aos alunos carenciados, embora limitado aos recursos disponíveis – e que foram prioritariamente canalizados para a aquisição dos indispensáveis manuais escolares - a autarquia entrega às escolas uma contribuição financeira que se baseia na percentagem de alunos carenciados que a frequentem, ou seja: se uma escola tiver uma população escolar de alunos



carenciados até 20%, recebe 1 € por aluno; de 20% a 40%, 1,5 €; de 40% a 60%, 2 €; de 60% a 80%, 2,5 €; e, mais de 80%, 3 €. Estes montantes poderão ser utilizados pelas escolas para fins diversos tais como visitas de estudo e aquisição de material didáctico, ou outro tipo de acompanhamento de que os alunos necessitem.

Saliente-se que independentemente do que a Lei determina no âmbito dos transportes escolares, todas as crianças de Sintra que frequentem a Escolaridade Obrigatória (até ao 9º ano) têm direito a ser transportadas de casa para a escola e vice-versa. Isto acontece para os alunos que residam a mais de 4 quilómetros da escola, caso esta tenha refeitório e a mais de 3 quilómetros, caso não tenha

Refira-se ainda que todos os alunos portadores de deficiência até

aos 18 anos têm sempre direito ao transporte, quer frequentem ou não estabelecimentos de ensino municipais.

O investimento nos transportes escolares este ano é o maior de sempre. A Câmara de Sintra disponibiliza para o efeito 1.481.615,29 €, para um total de 6.060 alunos transportados.

As refeições escolares são mais um ponto a salientar, já que a autarquia congratula-se de ter providenciado no ano lectivo 2004/2005, 1.800.000 refeições havendo, então, 74 refeitórios. Este ano, espera-se aumentar ainda mais este número já que as escolas de Sintra contam agora com mais dez refeitórios ou seja, 84.

Prémio de Pintura e Escultura D. Fernando II

O Prémio de Pintura e Escultura

D. Fernando II, um dos mais conceituados a nível nacional, conheceu no dia 17 de Setembro, a última fase deste ano, com a entrega de prémios que se realizou às 4 da tarde, no Centro Cultural Olga Cadaval. Mais tarde, o Espaço Cultural Casal de S. Domingos recebeu as obras participantes que estarão em exposição até 15 de Outubro.

O prémio D. Fernando II tem adquirido um papel cada vez mais importante nas Artes Plásticas em Portugal, principalmente na divulgação do trabalho de jovens artistas. Este prémio estabelece a indispensável relação entre tradição e inovação, ao privilegiar a atitude jovem de experimentação de novas expressões.

No Sábado, no pequeno auditório do Centro Cultural Olga Cadaval foram entregues os prémios aos vencedores de três categorias, pintura (prémio no valor de 3.500,00€), escultura (prémio no valor de 3.500,00€) e revelação (prémio no valor de 2.500,00€).

Ainda no mesmo Sábado, as obras dos vencedores e participantes passaram a estar expostas no Espaço Cultural Casal de S. Domingos, onde permanecerão até dia 15 de Outubro.

Apresentação pública do “Plano Verde”

O Plano Verde do Concelho de Sintra, que visa avaliar as



potencialidades ecológicas do território, e consequentemente, definir as suas ocupações pelas diversas actividades humanas, foi apresentado publicamente no dia 22, no Centro Cultural Olga Cadaval.

O Plano Verde foi elaborado por uma equipa liderada pela Arquitecta Paisagista Professora Manuela Raposo de Magalhães - que esteve presente com o Presidente da Câmara de Sintra,

Fernando Seara - define quais as áreas a preservar integralmente, quais as que podem ser parcialmente ocupadas e ainda as que podem ser edificadas, sempre tendo por objectivo o desenvolvimento sustentável de Sintra.

Este documento demarca e localiza a Estrutura Ecológica do Concelho, ou seja, enumera os vários e diferentes espaços naturais que asseguram os principais ecossistemas nas áreas de

maior valor ecológico.

No Plano estão enunciados os principais corredores verdes do concelho de Sintra – a partir de dois pólos fundamentais: a Serra da Carregueira e a Serra de Sintra – que devem ser mantidos integralmente, uma vez que servem de elo de ligação aos corredores verdes de Loures (que ligam ao Estuário do Tejo) e aos corredores dos concelhos vizinhos

(Cascais, Oeiras e Lisboa) – vão permitir a criação de grandes zonas verdes e a construção equipamentos desportivos e culturais.

O conjunto de propostas, que estiveram na base da elaboração do Plano Verde, foi já sujeitas à apreciação da Câmara, da Assembleia Municipal (no dia 29 de Abril) e do Conselho Municipal do Ambiente. – **Gab. Imprensa Sintra**

Notícias de Setúbal

Abate de sobreiros no Município do Seixal

Na sequência do abate ilegal de 942 sobreiros, que teve lugar na Quinta da Prata, Município do Seixal, no início de Maio, foi entregue na Assembleia da República um requerimento em 11 de Maio com o objectivo de obter respostas concretas por parte do Governo e da Câmara Municipal do Seixal sobre este assunto.

Constata-se que passados quatro meses não se obteve qualquer resposta, nem da parte do Governo (Ministério da Economia, Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional e Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas), nem da parte da Câmara Municipal do Seixal.

Será que as questões exaradas no referido requerimento são tão complexas que o Governo e a Câmara Municipal do Seixal não têm capacidade para responder?

Será que o Governo e a Câmara Municipal do Seixal entendem que o

abate ilegal de sobreiros é uma matéria de pouca importância?

Ou será que existem outras razões que se desconhecem para tentar que este abate ilegal de sobreiros não seja objecto de discussão pública?

Nestes termos o Deputado Luís Rodrigues, pediu, em requerimento - pela segunda vez - aos Ministérios da Economia, do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, bem como à Câmara Municipal do Seixal, ao abrigo das disposições aplicáveis da Constituição da República Portuguesa e do Regimento da Assembleia da República, que lhe seja prestada integral informação sobre:

a) Se se confirma qualquer aprovação para construção na Quinta da Princesa, na Amora, Seixal;

b) Em caso afirmativo, de que licenciamento se trata e qual a área abrangida?

c) Existe algum relatório

relativo ao episódio descrito e à aplicação da respectiva sanção, designadamente de algumas das previstas nos artigos 21.º, 22.º e 23.º do Decreto-Lei n.º 169/2001, de 25 de Maio? Em caso afirmativo, solicita-se o envio de uma cópia desse(s) documento(s);

d) Caso se confirme o corte ou arranque ilegal, irá o Governo aplicar as proibições previstas no artigo 5.º do DL n.º 169/2001?;

e) Quem é, afinal, o verdadeiro proprietário do terreno em causa e qual a identidade do infractor?

f) Confirma-se a construção, para efeitos do empreendimento referido, de uma variante à EN10 e o desnivelamento do nó da Cruz de Pau?

g) Quais as acessibilidades que estão em causa neste caso, quais os documentos de aprovação das mesmas (solicita-se o envio de cópias autenticadas), qual o valor pecuniário dessas mesmas acessibilidades e qual ou quais os donos ou os titulares das



mesmas?

h) Qual a base legal do entendimento necessário entre a Câmara Municipal do Seixal e o promotor do projecto para o local? Sendo esse o caso, solicita-se o envio de cópias autenticadas.

Notícias de Gouveia

Álvaro Amaro prosseguirá o caminho iniciado há quatro anos

No passado dia 4 de Setembro, com uma Praça de S. Pedro - "Ex-libris" da cidade de Gouveia - repleta de apoiantes, Álvaro Amaro deu a conhecer a sua vontade de prosseguir o trabalho iniciado há quatro anos.

Apoteose, é a palavra que melhor resume esta apresentação.

Álvaro Amaro não quis deixar passar o acto e, prometeu o mesmo de há quatro anos: Trabalho.

Trabalho árduo - já o sabemos - porque não é, e não será fácil, gerir uma autarquia do interior.

Imaginação, coisa que não tem faltado aos autarcas do PSD/Gouveia.

Amor, à sua terra e às suas gentes.

Se o primeiro mandato ficou marcado pelo romper com o passado, o segundo terá, por certo, como motivo principal: continuidade na procura de melhores e inovadoras soluções para Gouveia.

Os gouveenses querem e confiam em Álvaro Amaro, disso têm dado provas em muitas ocasiões, quer em actos públicos quer no contacto informal.

Na referida apresentação de candidatura notava-se entre os presentes caras conhecidas d'outros credos políticos que não quiseram de deixar de estar ali e dar o seu voto de louvor ao "timoneiro da nau gouveense".

De referir ainda os restantes candidatados do PSD/Gouveia ao município local: Além de Álvaro Amaro, vem em segundo lugar o líder da concelha PSD, Carlos Peixoto. Para a Assembleia Municipal o cabeça de lista será Rogério Figueiredo, até agora vereador. – **Gab. Campanha**





Daniel Fangueiro presente na apresentação do “Plano de Combate ao Desemprego Jovem” da CPD-JSD Porto

A CPD-JSD do Porto propôs em conferência de imprensa, realizada no passado dia 15 de Setembro, a atribuição de incentivos fiscais a jovens que pretendam investir na criação de empresas que se tornem numa mais-valia para o País.

Joaquim Pinto, Presidente da JSD Porto, apresentou um “Plano de Combate ao Desemprego Jovem” (PCDJ), afirmando que o empreendedorismo deve ser uma das bandeiras da JSD para provar a qualidade e competência dos jovens. Considerou, contudo, serem necessários incentivos aos jovens, como um sistema fiscal atractivo, que passe por “uma discriminação positiva em sede de IRC durante três anos consecutivos para empresas criadas por jovens empresários e para empresas que promovam a investigação e desenvolvimento”.

O líder nacional da JSD, Daniel Fangueiro, também esteve presente, assumindo o compromisso de apresentar o documento ao grupo parlamentar do PSD para que eventualmente possa ser

transformado em proposta legislativa. Daniel Fangueiro disse ainda que “é fundamental que o PRIME Jovem (Programa de Incentivos à Modernização da Economia) estabeleça protocolos com bancos e lance linhas de crédito”.

A Distrital da JSD do Porto defendeu ainda a criação de uma empresa de capital de risco para “spin-off” das universidades, considerando que esta “será um importante fomento ao capital de risco, ao empreendedorismo e ao fim do desemprego dos jovens com altas habilitações literárias”.

Ainda durante esta conferência de imprensa foi apresentado um e-mail com o endereço: queroumemprego@jds.pt, que servirá para “dar uma ajuda” ao Eng. Sócrates, no cumprimento da sua promessa de criação de 150.000 novos postos de trabalho, e que irá funcionar como posto de recepção do Curriculum Vitae de todos os desempregados interessados em ver cumprida mais esta proposta socialista.



Secção da JSD de Pombal promove Convenção Autárquica



A JSD Pombal realizou no passado sábado, 17 de Setembro, uma Convenção Autárquica. Esta iniciativa foi realizada no sentido dotar os jovens de uma melhor formação e preparação para o desempenho de funções a que se propõem enquanto candidatos às eleições autárquicas do próximo dia 9 de Outubro.

Segundo Pedro Pimpão, a JSD tem uma larga responsabilidade no concelho

de Pombal já que ao longo dos anos muitos têm sido os jovens saídos daquela instituição que se dedicam a trabalhar em prol da população nos órgãos das autarquias locais. Esta pesada tradição faz com que a JSD pretenda evoluir formando cada vez melhores quadros.

A sessão de abertura foi presidida por Ofélia Moleiro que enalteceu o trabalho desenvolvido pela JSD no concelho. Segundo a Presidente do PSD-Pombal os jovens são uma garantia para o futuro na qual deposita grande esperança.

Seguiu-se uma intervenção de Pedro Pimpão, líder da estrutura local, que agradeceu a forte presença de jovens nesta iniciativa que serve de rampa lançamento para as próximas eleições.

Na convenção abordaram-se temas como a organização e funcionamento das autarquias locais, o papel dos jovens nas autarquias, entre outros. Houve ainda oportunidade para simular uma Assembleia Municipal.

Na sessão de encerramento, contou-se, entre outras personalidades, com a presença de Narciso Mota, candidato à CM Pombal. Este, na intervenção final felicitou a JSD pela iniciativa, referindo a importância que os jovens têm no poder local e que estes são o futuro da localidade “pelo que é importante que eles se sintam motivados para trabalhar nas freguesias em prol das suas comunidades”.

Depois da Convenção realizou-se um jantar em que foram distinguidos os companheiros Cristóvão Gonçalves e João Pimpão que muito fizeram pela estrutura, tendo recentemente atingido a idade limite para militância na mesma.

Secção da JSD de Águeda apresenta Projecto Político para a Juventude Aguedense

A JSD Águeda promoveu no passado sábado, 10 de Setembro, uma Festa da Juventude, no Bar Bianchi 3, em Águeda, onde divulgou o seu Projecto Político para a Juventude Aguedense.

Na noite anterior, o Presidente da JSD de Águeda, Carlos Franco, aproveitou a presença na Festa do Leitão do Presidente do Partido Social Democrata, Dr. Marques Mendes, e entregou-lhe o primeiro exemplar do referido Projecto Político.

A noite de sábado foi animada com a presença de inúmeros jovens, tendo sido projectada uma apresentação onde se mostrava algumas das actividades desenvolvidas e sendo distribuído um exemplar do PPJA a cada um dos presentes.

A festa contou com a presença do Dr. Horácio Marçal, candidato do PSD à Câmara Municipal de Águeda, do Dr. Paulo Matos, candidato à Assembleia Municipal, de Gil Abrantes, candidato à Junta de Freguesia de Águeda, de Amadeu Albergaria, Presidente da CPD-JSD Aveiro, bem como de representantes de várias estruturas políticas de secção da JSD do distrito de Aveiro.

Ser, Estar, Formar e Viver são os quatro pilares fundamentais deste Projecto Político, centrado também no orgulho de ser Aguedense e na mudança de mentalidades.

Este Projecto Político foi construído com base em reuniões de trabalho realizadas com os Executivos das Juntas de Freguesia, visitas às Freguesias, reuniões com Associações, inquéritos, e conferências com especialistas. A construção de um Urban Sport Park para a prática de desportos radicais, implementação de um Gabinete de Apoio ao Jovem Empresário, Gabinete Cultural, realização de actividades entre as freguesias, portal da juventude, aposta no voluntariado jovem, Jornadas ambientais, bem como a instalação de hot spots wi-fi (tecnologia wireless) em espaços públicos, são algumas das propostas.

Segundo o Presidente da estrutura, Carlos Franco, e actualmente candidato a Vereador, “nós conhecemos bem os jovens aguedenses, a equipa que lidero



desenvolveu projectos para os jovens aguedenses nos últimos três anos”, “desenvolvendo actividades desde a Cidade a Macieira de Alcoba”.

Por tudo isto a JSD entende que os jovens aguedenses identificam-se com esta juventude partidária sendo este projecto político de e para a Juventude.

“Do Presente ao Futuro” para uma Águeda de Vanguarda, termina com “Águeda e a Juventude unidos num compromisso de trabalho, idealismo e sonho, Águeda e todos nós unidos numa vontade, num desejo e na certeza de que juntos construiremos um Concelho de vanguarda”.

Secção da JSD Lousada prepara equipa para Autárquicas 2005

A JSD de Lousada como uma das mais importantes e empreendedoras associações juvenis do concelho de Lousada, foi convidada, pelo candidato do PSD à câmara municipal, Pedro Matias, no âmbito do projecto autárquico “Abraçar Lousada” a constituir uma equipa para a Juventude. Esta é composta por jovens empenhados e com provas dadas a nível profissional e social, sendo o seu lema fazer mais e melhor por Lousada.

Os principais objectivos desta candidatura passam pela eleição de um novo vereador da Juventude e de vozes na Assembleia Municipal que possam dar forma a mais de quinze anos de propostas para a Juventude, que o actual executivo nunca quis pôr em prática.

Para novo vereador da Juventude apresenta-se Sandro Sousa, que actualmente exerce funções na Comissão Política Nacional da JSD, enquanto que para a Assembleia Municipal, Rui Carvalho, actual Presidente da Comissão Política Concelhia da JSD é a primeira de muitas vozes para a defesa dos Jovens Lousadenses. A Juventude na mão de quem a melhor conhece!

CONVOCATÓRIA

Núcleo da Universidade Lusíada do Porto

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais regulamentos, a Mesa da Assembleia convoca o Plenário de Núcleo da JSD da Universidade Lusíada do Porto, para uma reunião a realizar no dia 3 de Novembro de 2005, pelas 17h30, na Universidade Lusíada do Porto, sita Rua Lopo de Carvalho – sala C2, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

Ponto Único: - Eleições da Mesa e da Direcção do N.E.S.D.U.L.P.

Nota: As listas devem ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário ou a quem estatutariamente o possa substituir. As listas devem ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao começo dos trabalhos.

As urnas estarão abertas das 17h30 às 19h00.

VAMOS A ISTO LISBOA!



Propriedade PSD-Partido Social Democrata

Redação e Serviços Administrativos (Assinaturas) Rua de São Caetano à Lapa, 9 1249-087 LISBOA - Telef. 213918500 - Fax. 213973168 - Depósito legal nº1970/83 - I.C.S. nº 105690
 Composição - Direção dos Serviços de Comunicação-PSD - Impressão - Mirandela Artes Gráficas, SA, Rua Rodrigues Faria, 103 - 1300 LISBOA
 Distribuição - VASP Distribuidora de Publicações - Complexo Crel Beta-Vista - Rua da Tascosa, 4º Piso - Massamá - 2745 QUELUZ - Telef. 214398500 - Fax 213976967

POVOLIVRE